

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

AGNES VASCONCELOS ARREGUY

**GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
discussões presentes nas produções científicas do período de 2015 a 2019**

**MARIANA/MG
2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

AGNES VASCONCELOS ARREGUY

**GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
discussões presentes nas produções científicas do período de 2015 a 2019**

Dissertação apresentada à banca examinadora para a obtenção do Título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto.

Área de concentração: Educação
Linha de pesquisa: Desigualdades, Diversidades, Diferenças e Práticas Educativas Inclusivas (DsPEI)
Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Torres

**MARIANA/MG
2021**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A774g Arreguy, Agnes Vasconcelos.

Gênero e Sexualidade na Educação Física Escolar [manuscrito]: discussões presentes nas produções científicas do período de 2015 a 2019. / Agnes Vasconcelos Arreguy. - 2021.

76 f.: . + Quadros.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Torres.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Área de Concentração: Educação.

1. Educação Física. 2. Corpo. 3. Gênero . 4. Sexualidade. 5. Pós-estruturalismo. I. Torres, Marco Antonio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.01/.09

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



FOLHA DE APROVAÇÃO

Agnes Vasconcelos Arreguy

**Gênero e sexualidade na educação física escolar:
discussões presentes nas produções científicas do período de 2015 a 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Aprovada em 23 de março de 2021

Membros da banca

Dr. Marco Antonio Torres - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Margareth Diniz (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Jairo Antonio Paixão (Universidade Federal de Viçosa)

Dr. Marco Antonio Torres, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 09/06/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Torres, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/06/2021, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0182736** e o código CRC **F0BA2739**.

Dedico este trabalho às pessoas que acreditam na transformação da sociedade através do respeito às diferenças e às diversidades.

AGRADECIMENTOS

A caminhada para a construção deste Mestrado em Educação foi, sem dúvida, uma aventura coletiva. Iniciamos em uma turma plural, que apresentou uma diversidade de raízes e motivações. Muitos tentando equilibrar a família, com o trabalho e os estudos. Outros, ainda dedicando-se totalmente ao mestrado e empenhando-se para fazer o seu melhor. A cada uma dessas pessoas, o meu muito obrigada! Os seus diferentes pontos de vista tornaram essa jornada ainda mais rica.

Esta meta jamais teria sido traçada se não fossem os exemplos de minha família. Meu pai, André Etienne, com sua eterna disposição em ajudar a todos. Minha mãe, Andréa Márcia, com sua força, dedicação e a capacidade de sumir com qualquer problema em seus aconchegantes abraços. Minha melhor e eterna amiga, preciosa irmã, Ágata Vasconcelos Arreguy, com quem sempre posso contar e que mesmo sendo a caçula, me fortalece com seus exemplos de bravura ao explorar e agarrar com tanto afinco as oportunidades que o exterior lhe apresenta. Aproveito para estender os agradecimentos ao meu cunhado Lucas Beirão, pelo carinho com ela e com nossa família. Você definitivamente veio para somar!

Há uma pessoa que escolhi como família e que vem aguentando cada desafio, cada frustração e mudanças de humor sem “arredar o pé”, e por estar ao meu lado nestas etapas me ajudando a manter os pés no chão sem perder a perspectiva e a vontade de crescer é que te agradeço, Frederico Carneiro de Oliveira. Problemas não deixarão de existir, mas sua competência em transformá-los em soluções me incentiva todos os dias a buscar mais desafios.

Para conseguir agradecer individualmente a todos que contribuem e contribuíram para meu crescimento pessoal, profissional e espiritual seria necessário um documento inteiro só para isso. Portanto, agradeço de forma geral a meus familiares, amigos, alunos e colegas de trabalho que me tornam e tornaram uma pessoa diferente a cada dia.

Por último e **MAIS IMPORTANTES**, agradeço a todos os **PROFESSORES**, em especial ao meu orientador Marco Antonio Torres, que contribuíram para minha formação. Sem vocês não seria possível trilhar essa estrada e descortinar os olhos para tantas mudanças. Cada um de vocês assentou um tijolo deste caminho e tornou possível chegar até aqui. **MUITO OBRIGADA POR LUTAREM PELA EDUCAÇÃO.**

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir (Michel Foucault, 1984).

RESUMO

Diante de uma realidade cada dia mais violenta e excludente para pessoas que não se encaixam na heteronormatividade, este trabalho visa verificar como as temáticas gênero e sexualidades vêm sendo articuladas pela Educação Física escolar nos contextos das produções científicas. A construção deste estado do conhecimento, se deu por meio de pesquisa bibliográfica. Para a qual realizou-se uma busca nos *sites*: da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), da *SciELO* (Scientific Electronic Library Online), da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), assim como em repositórios de das universidades públicas federais localizadas no estado de Minas Gerais. Foram encontrados 31 trabalhos que, após serem divididos por temas, foram analisados. Utilizando como aporte teórico, autores pós-estruturalistas como: Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Louro, entre outros, é que este estudo trabalha com os conceitos de gênero e sexualidades. As pesquisas foram subdivididas em grupos de acordo com seus focos de investigação e, de forma geral, constatou-se que a área da Educação Física escolar apresenta discussões incipientes sobre gênero e sexualidades quando comparadas as pesquisas da área da Educação. Uma vez que a licenciatura é justamente onde suas propostas se interseccionam, esperava-se que seus discursos fossem mais próximos. Além disso, evidencia-se o fato de que apenas o grupo 5 compila investigações onde as experiências escolares de indivíduos LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e +) são realmente abordadas. Enquanto os demais grupos apresentam abordagens ainda biologicistas sobre a ideia de gênero e sexualidades. Neste sentido, acredita-se que este atraso pode contribuir com a manutenção da invisibilidade das demais representatividades de performatividade de gênero, como os LGBTI+ na Educação Física escolar.

Palavras-Chave: Educação Física; Corpo; Gênero; Sexualidades; Pós-estruturalismo

ABSTRACT

In the face of a reality that is each day more violent and exclusionary for people who are not fit into heteronormativity, this work aims to verify how the themes gender and sexualities have been articulated by school Physical Education in the contexts of scientific productions. The construction of this state of knowledge took place through bibliographical research. For which a search was took place on the following websites sites: CAPES (Coordination of Higher Level Personal Improvement), from SciELO (Scientific Electronic Library Online), from BDTD (Brazilian Digital Library of theses and dissertations), of the VHL (Virtual Health Library), as well as on the websites of the Repositories of Federal Universities of the state of Minas Gerais. 31 works were found that, after being divided by themes, were analyzed. Using as theoretical support, post-structuralist authors such as: Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Louro, among others, is that this study works with the concepts of gender and sexualities. The researches were subdivided into groups according to their focus of investigation and, in general, it was found that the area of school Physical Education presents incipient discussions about gender and sexualities when compared to researches in the area of Education. Since the degree is precisely where their proposals intersect, it was hoped that their speeches would be closer. Furthermore, it is evident that only group 5 compiles investigations where the school experiences of LGBTI+ individuals (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals, Intersex and +) are actually addressed. While the other groups still have biological approaches to the idea of gender and sexualities. In this sense, it is believed that this delay can contribute to maintaining the invisibility of other representations of gender performativity, such as LGBTI+ in Physical Education at school.

Keywords: Physical Education; Body; Gender; Sexualities; Post-Structuralism

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Síntese das produções encontradas nas bases de dados CAPES, SciELO	.41
QUADRO 2: Síntese das produções encontradas nas Bibliotecas - BDTD e BVS41
QUADRO 3: Produções selecionadas nos sites da SciELO, CAPES, BDTD e BVS42
QUADRO 4: Produções disponíveis nos repositórios das Universidades Federais do estado de Minas Gerais43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

EF - Educação Física

EFE - Educação Física escolar

GLTB - Gays, Lésbicas, Transgêneros, Bissexuais

GTs ANPED – Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais

LGBTfobia - Violência, hostilidade direcionada a pessoa que se identifica como LGBT

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e +

LGBTIfobia - Medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos

LGBTs - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LILACS - Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MG – Minas Gerais

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

SciELO - Scientific Electronic Library Online

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFSJ - Universidade Federal de São João Del-Rei

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Motivações	13
1.2 Objetivo Geral	18
1.3 Objetivos Específicos	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO E APROXIMAÇÕES COM AS TEMÁTICAS	19
2.1 Contextualizações do tema	20
2.2 Aproximações com o campo de pesquisa.....	25
2.3 Gênero e sexualidades: conceitos e definições em desdobramentos.....	27
2.4 Gênero e Sexualidades na educação: práticas discursivas que produzem tensões.....	29
2.5 Gênero e Sexualidades no ambiente escolar e nas políticas públicas.....	32
2.6 Educação Física escolar, corpo, gênero e sexualidades.....	34
3. APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS	37
4. DESDOBRAMENTOS E VISIBILIDADE DAS TEMÁTICAS GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	45
4.1 Focos das pesquisas elencadas nos QUADROS 3 e 4.....	46
4.2 Aproximações e distanciamentos entre as práticas discursivas das pesquisas e as estabelecidas em políticas públicas e no PNLGBT.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	75
APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.....	75
APÊNDICE B - CONTATOS	76

1. INTRODUÇÃO

1.1 Motivações

A escolha do tema desta pesquisa é consequência de uma inquietação que me acompanha desde a infância e se mostrou latente ao longo de minha atuação profissional como professora substituta do curso de Educação Física (EF) na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), durante o período de 2014 a 2016.

Desde pequena, me interessei por atividades que me eram apresentadas como, “para meninos”. Tanto nas aulas de Educação Física escolar, quanto nas práticas esportivas, extra ambiente escolar, eu era identificada pelos colegas por apelidos como: “maria homem”. Isto, porque buscava realizar as atividades que realmente me interessavam, como futsal e futebol, mas onde “não cabiam meninas”. Tais situações costumavam me incomodar, pois além dos meninos, que não se mostravam receptivos a minha participação, ou de qualquer outra garota, a maioria das professoras e professores que me deram aula, reforçavam essa exclusão. Eles (as), argumentavam que nós, meninas, poderíamos machucar e assim, nos davam as opções de jogar queimada, vôlei ou handebol. Por algumas ocasiões, cheguei a questionar o porquê não ensinavam as meninas a jogar futsal sem os meninos. As respostas que mais me lembro são: futebol é coisa de menino, meninas são mais delicadas; os meninos só querem jogar futsal, mas as meninas têm mais opções, expondo assim, uma prática nada velada da hierarquização de gêneros que até então, eu não sabia nomear, mas que já eram analisadas e problematizadas por pesquisadoras como Eustáquia Souza e Helena Altmann em 1999.

O Brasil é considerado o “país do futebol”, e um grande adepto de outros esportes e traz a ideia de oportunidades iguais de participação, independentemente de gênero, raça, etnia ou religião. Ao mesmo tempo, os esportes podem ser vistos com bastante frequência como o último bastião do poder masculino, o que pode dificultar a participação no esporte para aqueles que se identificam como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Atitudes homofóbicas e comportamento discriminatório também prevalecem em outros ambientes públicos, especialmente nas escolas e principalmente nas aulas de Educação Física.

Abrindo um parêntese, expõem-se aqui que Eustáquia Souza e Helena Altmann (1999), discutem em sua pesquisa como gênero é culturalmente construído, analisam as expectativas corporais direcionadas à meninos e meninas na escola, assim como problematizam o esporte como conteúdo generificado da Educação Física e as possibilidades de intervenção docente. As pesquisadoras denunciam as diferenças de tratamento entre meninos e meninas e afirmam que “são inúmeros os conflitos e as dificuldades dos educadores no enfrentamento das questões de gênero presentes na cultura escolar, especialmente nas aulas de Educação Física, pois se tratam de valores e normas culturais que se transformam muito lentamente” (SOUZA e ALTMANN, 1999). É interessante apontar esta pesquisa neste momento do texto, por se tratar de um dos trabalhos construídos por pesquisadoras pioneiras no assunto no Brasil, produzido a partir de análises etnográficas de recreios e aulas de Educação Física que ocorreram na mesma época das minhas experiências relatadas na presente investigação. Tal fato, além de analisar, registrar e cientificar o contexto, reforça a denúncia da presença da perspectiva binarista nas práticas educacionais da época.

É importante ressaltar, porém, que esta postura excludente não foi regra para todos (as) os (as) docentes que me deram aula. Lembro-me de uma professora que sempre propunha as atividades de forma mista. Ela foi uma das principais responsáveis por me fazer entender que as aulas deveriam sempre ser inclusivas, o que contribuiu muito para que eu me interessasse pela área da Educação Física como possível profissão. Mais tarde então, acreditando que as aulas de Educação Física escolar deveriam ser mais democráticas quanto a oferta de conteúdo, busquei a graduação em Educação Física.

Já com os diplomas de Bacharelado e de Licenciatura em mãos, meu primeiro ano no mercado de trabalho se deu em áreas do Bacharelado. Porém, assim que tive oportunidade de lecionar, já estava inserida no contexto universitário. Isso mesmo, tirando os estágios realizados na graduação, minha primeira experiência foi como professora substituta em uma Universidade. Imaginem quão encantada estava com a oportunidade que consegui agarrar. Não era algo que eu esperava tão cedo, mas aconteceu, e sou extremamente grata a este período de muito aprendizado.

Durante este desafio, pude contar com a orientação de alguns colegas de trabalho que se tornaram essenciais para meu enriquecimento profissional. Mas a presença da inquietação

que inspira esta pesquisa não foi sanada, muito pelo contrário. Ao ministrar aulas para alunos de diferentes períodos, em mais de 15 disciplinas, dentre elas: História da Educação Física, Pedagogia da Educação Física, Didática da Educação Física, Esporte Escolar, Estágios Supervisionados, entre outras, Pude identificar que vários indivíduos sentiam falta de materiais que questionassem a estrutura de gênero e sexualidades que também haviam vivenciado em suas práticas escolares. Mesmo tentando abrir espaço para discussões e questionamentos, não me senti preparada para sanar tais dúvidas. Pois, naquele momento de minha trajetória profissional, eu ainda não tinha bagagem e nem havia encontrado na literatura, exemplos de abordagens pedagógicas da Educação Física e didáticas que não fossem construídas a partir do modelo heteronormativo e do binarismo sexual. Percebia então, que estes fatores acabavam resultando em práticas que não contemplavam e não respeitavam as diversidades e diferenças encontradas da realidade escolar. Diante desta reflexão, busquei no mestrado, orientação para construir um repertório sobre o assunto e assim melhorar minha bagagem profissional.

Já no princípio desta pesquisa então, descobri que foi a partir do final da década de 1980 e início de 1990, que temas como gênero e sexualidade vem ganhando cada dia mais espaço nos debates acadêmicos, escolares e científicos (SABATEL *et al*, 2016). Mesmo assim, em pesquisas como as de Helena Altmann (1998) e Priscila Dornelles (2007), é constatado que o Brasil ainda está submerso em práticas educativas que perpetuam ideias pautadas na heteronormatividade. Sendo a Educação Física, uma disciplina que trabalha essencialmente com o corpo, onde gênero e sexualidades são performatizados, o espaço de aprendizado em suas aulas, pode auxiliar mais para a mudança deste contexto, se voltado para práticas inclusivas, que reconheçam a diversidade sem preconceitos.

Segundo Guacira Lopes Louro (2001), a sexualidade está na escola por fazer parte do sujeito e este não poder se desligar da mesma ao entrar neste ambiente. Esta autora explicita que a proposta da instituição escolar, quanto aos padrões de sujeitos, ainda é de “masculino e feminino heterossexuais”, ou seja, heteronormativos. Fato que será analisado criticamente nesse trabalho em diálogo com reflexões pós-estruturalistas realizadas por Michel Foucault e discutidas em pesquisas de autores como Judith Butler (2003), Helena Altmann *et al* (1998, 2001, 2012, 2013), Anderson Ferrari (2003 e 2009), entre outros. Tais pesquisas discorrem

sobre situações que problematizam como nossa sociedade é composta por uma diversidade de gênero e/ou de sexualidades não contempladas nestes “padrões binários de sujeitos”.

Neste sentido, as perspectivas de gênero e das sexualidades com as quais irei dialogar, analisam que ambos são construídos a partir do processo de “governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro” (FOUCAULT, 1997, p. 111). Sendo as sexualidades e o gênero tratados como “dispositivos históricos” que passam por performatividades e se constroem através de um “regime de poder-saber-prazer que nos constitui como sujeitos e organiza nossa vida social” (ALTMANN, 2013, p. 73).

Carmen Lúcia Soares (2012), salienta ainda que a linguagem corporal adquirida nas aulas de Educação Física escolar disciplina, é resultante das relações sociais ali estabelecidas, e que o significado atribuído a cada expressão corporal, se constrói a partir dos diferentes interesses e necessidades apresentados e localizados em uma determinada época histórica. Corroborando com este raciocínio, Marcos Neira (2011), afirma que os sujeitos se apropriam de conteúdos constitutivos da identidade cultural em que estão inseridos. Fator que pode ser analisado também a partir do conceito de prática discursiva de Michel Foucault. Que a define como: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1986, p. 133).

Para subsidiar a proposta do presente estudo, elenca-se ainda, o trabalho de Glenda Sabatel *et al* (2016) que fazem, em sua investigação, um balanço das produções realizadas no período de 2004 a 2014 nas bases de dados da LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e *SciELO* (Scientific Electronic Library Online). A pesquisa resulta na identificação de uma prática discursiva que propõe rupturas com as visões “naturalizantes ou biologicistas” relativas a gênero e sexualidade, assim como apoia a realização de análises críticas sobre estes temas no campo da Educação Física escolar. Proposições estas, apresentadas como forma de combater a persistência da heteronormatividade encontrada nas práticas educativas da Educação Física relatadas nas produções elencadas. Ao contrário da opinião popular, o sexo não é exclusivamente uma característica física ou biológica, mas também um status legal e uma categoria política e nesse contexto o presente estudo dissertará sobre acerca das questões acima mencionadas.

Percebe-se, portanto, que ao longo destes anos, as produções enfatizam os processos histórico, social e cultural de construção de gênero e das sexualidades, mesmo utilizando diferentes referenciais teórico-epistemológicos. Observa-se há, que neste estudo aparecem diferentes siglas como: LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros, Bissexuais), LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e +), entre outras que como diria Regina Facchini (2005), compõe “a sopa de letrinhas”. Todas referenciam o mesmo grupo ou grupos mais amplos que visam contemplar as pessoas que se reconhecem como performatividades de gênero não binárias e/ou identitárias. Para alguns estudiosos, esta variação de siglas ocorre de acordo com o processo de construção dos movimentos sociais, enquanto para outros, mesmo que os indivíduos ainda não se apresentem como grupos organizados nas lutas sociais, podem e devem ser reconhecidos (FACCHINI, 2005). Isto ocorre, por exemplo, com os que se reconhecem como não identitários. Então, entendendo que as siglas pretendem atender demandas historicamente localizadas, mas que não se excluem, é que as abreviações serão citadas, neste trabalho, respeitando o uso das fontes em que se encontram. Porém, alerta-se que para melhor compreensão, é interessante considerar que quando se observa a mudança das siglas em uma perspectiva inserida numa linha do tempo, pode-se encontrar uma tendência de aumento ou expansão delas, a fim de abarcar e reconhecer cada vez mais sujeitos.

Em contraste à existência destes grupos e das lutas por seus direitos, existe uma triste realidade que apresenta o preconceito que estas pessoas enfrentam todos os dias. A difusão de discursos de ódio e ações de cunho violento direcionados às pessoas que manifestam orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos aparecem em estatísticas crescentes e preocupantes. O que reforça a importância de se educar a população de forma que as diferenças e a diversidade sejam reconhecidas e respeitadas. Neste sentido, entendendo que a Educação Física escolar está alocada em um ambiente educacional foi que a presente pesquisa elegeu como metodologia a construção de um estado do conhecimento cujo processo contemplou buscas, consultas, compilação e análises de pesquisas que abordam as temáticas gênero e sexualidades no contexto da referida disciplina escolar. As investigações selecionadas estavam disponíveis nos repositórios de Universidades Federais localizadas no estado de Minas Gerais que ofertam cursos de graduação em

Educação Física em ambas as modalidades. Para desdobrar as temáticas e alcançar os objetivos geral e específicos, foram elaborados capítulos que seguiram a seguinte lógica de apresentação: breve compilado de autores pioneiros da área e temáticas investigadas; contextualização das temáticas na realidade brasileira; elucidação dos conceitos e embasamentos teóricos com os quais dialogamos; busca pelas produções; organização dos resultados; análise e discussão dos resultados e problematização de seus desdobramentos; conclusão. Assim, a presente pesquisa pretendeu contribuir com discussões que auxiliam na desconstrução da visão binarista ainda predominante em nosso país, ao mesmo tempo que contempla seus objetivos geral e específicos.

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é verificar como gênero e sexualidades são discutidos pela Educação Física escolar, nos contextos das pesquisas científicas do período de 2015 a 2019.

1.3 Objetivos Específicos

- a) Identificar os focos das pesquisas produzidas no Brasil sobre gênero e sexualidades na Educação Física escolar, realizadas no período de 2015 a 2019;
- b) Analisar as aproximações e distanciamentos entre as práticas discursivas das pesquisas e as estabelecidas em políticas públicas e no PNLGBT;
- c) Contribuir com a produção de reconhecimento e inteligibilidade sobre gênero e sexualidades por meio da análise das pesquisas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E APROXIMAÇÕES COM AS TEMÁTICAS

A presente dissertação tem como um de seus objetivos contribuir com a produção de reconhecimento e inteligibilidade sobre gênero e sexualidades através da análise de materiais sobre a temática, elaborando assim um material bibliográfico importante para a sociedade e aos profissionais de Educação Física. Para a presente investigação, a noção de reconhecimento é utilizada a partir da proposta de Judith Butler (2015), em que certas formas de existência podem ganhar sentido nas dinâmicas sociais, produzindo formas de inteligibilidade do sujeito diante de si mesmo, do outro e da coletividade. A autora ainda considera que existirá sempre uma opacidade nos processos de reconhecimento, pois nos relatos que produzem esta inteligibilidade terão limites sempre delgados entre a fala do “eu” que relata, do outro e da coletividade. A partir desta noção, defendemos que a prática discursiva da produção científica também estará marcada por esta opacidade, não raro com pesquisadores (as) engajados (as) ou solidários (as), ou mesmo contrários (as) ao reconhecimento dos corpos marcando pelas questões de gênero e das sexualidades. Assim, os processos de reconhecimento são marcados por práticas discursivas onde a racionalidade não opera sozinha, existe também um conjunto de posições emocionais que orientam tais processos (TORRES *et al*, 2020a).

Este capítulo pretende elucidar sobre o contexto produzido por práticas preconceituosas e disseminação de discursos de ódio direcionados às pessoas que não se identificam com os padrões heteronormativos. Para tanto, neste capítulo serão apresentados fatos, noções teóricas e autores que reforçam a importância de se realizar pesquisas que discutem, denunciam e problematizam tais discriminações e crimes. A falta de reconhecimento, o silenciamento e a invisibilidade aos quais estas ocorrências são submetidas, corroboram com um cenário cada vez mais crítico, intolerante e não democrático vivenciado na atualidade e por isso, também podemos pensar nas informações sistematizadas como relevantes justificativas para a importância de se discutir gênero e sexualidades nas escolas e assim, nas aulas de Educação Física.

2.1 Contextualizações do tema

Alguns dados apontam a necessidade de um amplo enfrentamento à heteronormatividade, pois estamos diante de uma realidade onde são apresentados 105 casos de violência, abrangendo homicídios, lesões corporais e encontro de cadáveres como dados do Relatório de Registros de Homicídios Envolvendo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs) no estado de Minas Gerais (NUH, 2020). Acrescido da afirmativa de que “um ativismo religioso intenso e ruidoso, pode, inclusive, ensejar situações em que o discurso antigênero passe a ser percebido como a expressão genuína”, torna-se cada vez mais urgente a produção de discursos e práticas discursivas que contribuam com o combate à LGBTfobia que se refere todos os crimes considerados comuns, como calúnia e difamação, lesão corporal ou homicídio (JUNQUEIRA, 2018, p.452). Esta tendência crescente na violência por discriminação sexual em um país que já é considerado como campeão mundial de assassinatos contra aqueles considerados das sexualidades em confronto com a heteronormatividade, é sem dúvida, um grande problema a ser combatido (MOTT *et al*, 2016, p. 1).

O cenário ainda piora quando se percebe que a escola, local em que se deveria garantir a democracia, e onde se espera a promoção de reflexões com pautas que envolvam as temáticas de gênero e sexualidade, é apontado como *locus* de violências e discriminações voltadas para pessoas LGBTI+. “Durante a “Parada do Orgulho GLTB”, na cidade do Rio de Janeiro, em 2004, das pessoas de 15 a 18 anos entrevistadas: 40,4% declararam ter sido discriminadas na escola por serem homossexuais ou transgêneros” (JUNQUEIRA, 2007, p. 62).

Zulmira Borges e Dagmar Meyer (2008), trazem que Helena Altmann (2001; 2003), aponta a escola como “um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes”. Marco A. Torres *et al* (2019, p.34), defendem ainda, que “a emergência das performatividades de gênero e das sexualidades nas escolas pode insinuar, ou mesmo instaurar, um enfrentamento da LGBTfobia, com ou sem o amparo das políticas públicas”. Inseridos neste ambiente, estão indivíduos que passam pelo processo de construção de si. Resgato então, a definição de sujeito de Judith Butler *in* Baukje Prins e Irene Meijer (2002, p.22), “sujeito é aquele que se presume ser a pressuposição do agenciamento (...), mas é também, aquele que está submetido a um conjunto de regras que o precedem”. Ou seja, se considerarmos a escola como um local que submete os indivíduos à um conjunto de regras,

entendemos que ela também será *locus* de um certo agenciamento. Portanto, as afirmativas de Judith Butler nos permitem inferir que uma vez que as regras que nos precedem contemplam as performatividades de gênero e sexualidades, é de se esperar que todos os sujeitos sejam vistos e respeitados.

A intenção de introduzir assuntos referentes a sexualidade na escola é vista no Brasil, desde a década de 1920, evidente com concepções específicas de cada contexto social e histórico. Foi com a chegada da Sexologia ao país como área oficial da medicina que dezenas de materiais foram publicados, inclusive sobre educação sexual. De acordo com Almeida (2009) no período, a necessidade em refletir ações educativas nas escolas já era reconhecida. Os livros lançados tinham por alvo orientar a prática sexual dos indivíduos, com um discurso higienista fortemente enraizado.

Mas devido às resistências de implementação, inicialmente por parte de setores vinculados à Igreja Católica, e posteriormente, diluídas na sociedade, este processo não ocorreu como estabelecido no papel (BORGES; MEYER, 2008). A partir da década de 90, preocupações com a saúde devido combate à da Aids e à da gravidez precoce, possibilitam que assuntos relacionados à sexualidade passem a ser discutidos nas escolas (BORGES; MEYER, 2008).

Ao longo da história, é possível encontrar algumas tentativas e criações de documentos que visam orientar a elaboração de políticas públicas de inclusão social e respeito à diversidade, ao mesmo tempo que promovem o combate às desigualdades. Nesse contexto de articulação democrática a população LGBT conseguiu firmar conquistas importantes em diferentes setores da administração pública.

[...] é relevante pontuar que até o ano de 2011, 85 conferências nacionais foram promovidas pelas gestões de Lula e Dilma Rousseff. E, até o momento, duas dessas conferências nacionais estiveram voltadas para a “população LGBT”, a primeira realizada no ano de 2008 e a segunda em 2011 (AGUIÃO, 2016, p. 46).

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009) é um uma conquista desse contexto, tendo força normativa no âmbito da administração pública. Este se orienta por princípios de que “um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero” e de que “a atuação deste Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere

na vida das pessoas, ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade” (BRASIL, 2009, p. 11). É que o documento em questão propõe diretrizes e ações que contemplam diferentes setores, sendo a educação um deles. Como forma de ilustrar tais propostas, cita-se a diretriz de número “5.13 - Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2009, p. 15).

Diante de todas as normativas propostas ao longo dos anos, era de se esperar que os professores (as) e demais profissionais da escola, passassem a conseguir abordar temáticas referentes à gênero e sexualidade de forma democrática e abrangente. Contudo, apesar de todo este contexto contribuir para a criação de inteligibilidade sobre os temas, as orientações não conseguem garantir que um enfrentamento mais efetivo da LGBTfobia aconteça. Por mais que ações e diretrizes, como a citada acima, se constituam por discursos democráticos que podem gerar formas de reconhecimento dos direitos de LGBTs nos contextos educativos, e isso seja importantíssimo, infelizmente a realidade brasileira ainda apresenta resistências. O surgimento de movimentos como o “Escola sem Partido”, é um exemplo disto, seja na mobilização das redes sociais que realiza ou nas propostas normativas que apresenta às casas legislativas por seus adeptos. Ainda que sua proposta tenha sido julgada como inconstitucional, sua mobilização permanece socialmente, inclusive, com adesão de juízes (as), legisladores (as) e mandatários (as) do executivo que negam a racionalidade das normativas institucionais em favor de LGBTI+. Ao alegarem convicções morais e religiosas se deslocam para os domínios das emoções, articulando discursos LGBTfóbicos não raro marcados pelo ódio.

Judith Butler (2015) trata a violência ética como a negativa da possibilidade do relato do “eu”. Para produção da ignorância acerca do gênero e das sexualidades, se cala os sujeitos e/ou se impede o que se fala sobre eles. O relato do “eu” é a possibilidade de reflexividade de um sujeito, da emergência de um “si” mesmo. É a partir desse ponto que localizamos uma possibilidade de agenciamento do sujeito, quando ele se desloca das práticas discursivas de assujeitamento. Somente assim, alguém poderia perceber que seu direito está sendo violado e

demandar por justiça, pela norma, pelo reconhecimento de sua forma de existência. Aqui temos o eu sobre o si mesmo operando (TORRES, *et al*, 2020a).

Anna Paula Vencato *et al* (2018), denunciam em sua pesquisa o uso de redes sociais, por parte destes movimentos, como formas de intimidação de profissionais da escola. Citam uma página do “Escola sem Partido” intitulada “Conselho aos pais” onde foram expostos em caixa-alta, os seguintes dizeres: “Processem por dano moral as escolas e os professores que transmitirem conteúdo imorais aos seus filhos”. Se analisarmos tal fato a partir da ideia dos dispositivos de controle de Foucault (2001), podemos dizer que esta, é uma prática clara de poder disciplinar indiscreto. A partir desse autor pode-se considerar que “o poder na vigilância hierarquizada da disciplina funciona como uma máquina, e que o poder disciplinar pode ser, ao mesmo tempo, indiscreto e discreto...” (TORRES *et al*, 2019, p. 35). A vigilância pode se articular nos rompantes de gestores (as) da administração pública que defendem ostensivamente a retirada de termos e noções que remetem a gênero e sexualidades nas pautas das políticas públicas (GARCIA e BRITO, 2018; VENCATO *et al*, 2018). Todavia também está no olhar de censura que um menino com traços femininos recebe de seus colegas, ou até mesmo de seu (ua) professor (a) no contexto das escolas. Tal vigilância cria obstáculos ao reconhecimento das sexualidades numa mescla entre posições marcadas racionalidades, desejos e emoções mobilizadoras de nossos afetos (TORRES *et al*, 2020a).

Diante da existência de propostas de combate às diferentes formas de violência e também da ideia de promoção de ações pautadas no respeito à diversidade direcionadas ao contexto escolar como as defendidas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT - PNLGBT (BRASIL, 2009), é possível inferir que a Educação Física, enquanto disciplina escolar, precisa compartilhar dos propósitos destas instituições. Quando educadores (as) se silenciam diante de uma diretiva legal, como o PNLGBT, fruto da democracia participativa por meio das orientações de conferências da população LGBT, ratificadas pelo Estado, temos um grande problema. Esse silêncio nos remete a produção da ignorância (LOURO, 2001), pois não indica a ausência de um saber, mas a produção de práticas discursivas que negam inteligibilidade aos sujeitos que se localizam nos domínios da diferença. Sendo assim, educadores (as), ao reconhecerem as conquistas legais da população LGBT, podem contribuir com o combate ao movimento, que parece emergir, de

(des)democratização de conhecimentos (CRUZ; MACEDO, 2019). Assim, ações voltadas para o fomento de problematizações sobre assuntos relacionados à sexualidade se tornam indispensáveis para a produção de uma educação que não negue as diferenças e se torne, de fato, democrática (JUNQUEIRA, 2007; 2018). Cabe destacar aqui que se nega orientações legais, não outras demandas ainda não contempladas pelas ações de Estado como, por exemplo, o ativismo jurídico de alguns juízes cristãos que se negam a reconhecer uniões homoafetivas.

A disciplina Educação Física ainda apresenta características favoráveis, e digamos de vínculo mais próximos, com assuntos relativos ao corpo, sua representatividade e possibilidades. De acordo com Guacira Louro (1997), a Educação Física permite que a constituição das identidades ocorra de forma mais explícita e evidente. Corroborando então, com este pensamento, é que esta investigação acredita na potencialidade da Educação Física escolar, em se tornar uma ferramenta cada dia mais forte para a promoção de discussões que visam o combate de preconceitos e principalmente da LGBTIfobia. Entendemos a LGBTIfobia como: “medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais” (REIS, 2018). É interessante apontar que apesar dessa aglutinação das siglas, essas ações atingem de forma diferente a depender de alguns marcadores sociais como gênero, idade, classe social e fenótipo etnicorracial. Quando pensamos especificamente no corpo trans, destacamos a necessidade de uma educação não transfóbica (TORRES *et al*, 2020b), principalmente no contexto da Educação Física tão marcado pela apresentação imediata do corpo e suas expressões.

As pesquisas que são o foco de investigação deste estudo, podem se mostrar potenciais meios de produção de um discurso de ciência sobre gênero e as sexualidades na Educação Física escolar. Portanto, se nos basearmos na ideia de discurso de Michel Foucault (1997), elas produzem também aquilo que nomeiam. Ainda que não sejam suficientes para dizermos de um reconhecimento das sexualidades no campo da Educação Física, podemos considerar que revelam fortes indícios de disputas entre práticas discursivas de reconhecimento dos direitos LGBT e outras que reiteram posições LGBTfóbicas.

2.2 Aproximações com o campo de pesquisa

Muito se tem discutido sobre gênero e sexualidades atualmente. O presente estudo se baseia nas afirmações de Judith Butler (2003), de que gênero e sexualidades são indissociáveis e que as sexualidades dotam o gênero de performatividades. Já o discurso relativo a estas temáticas, será construído de acordo com Michel Foucault (1988), a partir das perspectivas do eu sobre si mesmo, do outro sobre o eu e do coletivo sobre o eu. Destaca-se ainda, que nos cenários onde acontecem estes debates, existem tentativas de construção de condutas morais, que segundo Garcia e Brito (2018) estabelecem uma definição da identidade sexual do indivíduo a partir de uma relação uniforme. Fato que gera polêmica quando refletida a diversidade que envolve este tema.

No que diz respeito a esfera política, pode-se citar pesquisas como a de Mello, Rezende e Maroja (2012 p. 32), que refletem e avaliam a efetividade de planos, programas e conferências, propostos pelo governo federal brasileiro para tentar contribuir com o processo de elaboração de políticas públicas voltadas à população LGBT.

Reafirma-se aqui a importância da formulação de políticas públicas que atendam a população LGBT e visem eliminar a discriminação, combater preconceitos e promover uma cultura de paz com finalidade de erradicar qualquer tipo de violência, como um passo em direção ao amadurecimento da democracia participativa. Além disso, evidencia-se que para se alcançar resultados positivos referentes a este amadurecimento, é indispensável a construção e reflexão de perspectivas e propostas de ações para o setor da educação.

Neste sentido, Felipe (2007), contribui quando se refere a escola como um importante cenário para o convívio social e define como relevante o seu papel no desenvolvimento das discussões relacionadas à identidade sexual. Ao entendimento desta autora, é possível inferir que os debates referentes as sexualidades e as questões de gênero devem ser mais presentes nas aulas. E as ações quanto a definição de estratégias para trabalhar com os corpos no espaço escolar, devem ser discutidas de forma mais ampla e contextualizada de acordo com a realidade apresentada pelos indivíduos inseridos em cada instituição.

Seguindo este mesmo raciocínio, para Barros (2010, p. 63), é papel da escola fazer um contraponto que desconstrua ou desestabilize “modelos hegemônicos referentes às temáticas

de corpo, gênero e sexualidade, tais como a masculinidade, a heterossexualidade...” uma vez que estes são assuntos vivenciados e influenciados por toda a sociedade. Ferrari (2003), complementa apontando as aulas de Educação Física como um cenário promissor para o confronto das identidades. Moraes, Oliveira e Fecho (2011), também contribuem afirmando que uma vez que estas aulas têm como material de trabalho o corpo compreendido de maneira livre e exposta, com todas as suas potencialidades e comportamentos, fica explícita a proximidade desta disciplina com o tema. Pode-se ainda afirmar, que praticamente se torna sua responsabilidade, a busca por reflexões que abordem a sexualidade e suas diversidades durante a prática escolar, visando com este processo, transformar os alunos em cidadãos capazes de construir discernimento crítico, desprovidos de insegurança e inferiorização de seus corpos ou dos corpos de seus pares.

É imprescindível entender que o corpo do qual estamos falando se refere aquele dotado de sexualidade, interesses, desejos e capacidades múltiplas de desenvolvimento físico, mental e social. Corpo este que não se restringe a mera estrutura biológica composta por músculos, ossos e órgãos, nem mesmo a ideia binarista de gênero onde o corpo é singular, oposto, excludente e hierarquizado (VIANNA *in* FINCO *et al*, 2017). A ideia que se interessa reforçar e reconhecer aqui é de um corpo plural, que estabelece suas relações de maneira livre e de escolha própria, sendo esta ação um direito reconhecido, garantido e respeitado por toda a sociedade inclusive no ambiente escolar.

Seguindo este raciocínio, é importante refletir sobre como conteúdos relativos a gênero e sexualidades podem ser tratados no ambiente escolar a fim de contribuir com esta quebra de paradigmas. Para que docentes consigam desenvolver os temas aqui abordados de maneira coerente e que contribua com a proposta de combate a LGBTfobia, é necessário que estejam preparados. Se durante sua formação não se sentiram capacitados para executar tal tarefa, como relatado na pesquisa de Menezes, Duarte e Lima (2017), é imperativo que estes profissionais tenham acesso a materiais que possam auxiliar na construção de conhecimento e imprescindível que encontrem em sua instituição apoio e convergência de intenções para que seu trabalho possa alcançar o sucesso.

Um elemento que pode provocar polêmica e desestruturar qualquer boa intenção quando não abordado e refletido de maneira segura, é a mídia. Pois ao mesmo tempo que esta pode

contribuir com a reflexão acerca das diferenças e assim com a aceitação delas, quando não discutida e contextualizada, pode se tornar meio de bombardeio de informações sem criticidade que correm o risco de expor e incentivar um comportamento desrespeitoso no ambiente escolar. Contribuindo assim, com a promoção de um cenário em que o discurso de ódio se torna natural (OLIVEIRA *et al*, 2017).

Em uma pesquisa intitulada “Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia”, Zulmira Borges e Dagmar Meyer (2008), expõem o quão grave é o problema da violência por discriminação sexual no Brasil. Neste contexto, as autoras explicitam a importância de se refletir sobre as condições da escola e de suas políticas sociais, afim de que estas ajudem a promover ações educativas para inclusão da diversidade sexual. Elas ainda acreditam que o espaço escolar possui um potencial crítico e questionador que pode representar uma via na qual se busca modificar comportamentos que proporcionam transformações coletivas. Diante disto, a presente dissertação reforça a relevância da realização de um Estado do Conhecimento das publicações de pesquisas que investigam assuntos relativos a gênero e sexualidades na Educação Física escolar.

2.3 Gênero e sexualidades: conceitos e definições em desdobramentos

De acordo com Cristina Varela e Paula Ribeiro (2017, p. 11), desde o século XX vem se discutindo, a quem cabe o papel de debate sobre sexualidade no espaço escolar. Citam então, em sua pesquisa, uma colocação de Barros e Ribeiro que contribui com este raciocínio dizendo:

[...] a educação para sexualidade deve extrapolar as barreiras impostas pelas disciplinas, seguindo um caminho menos rígido e hierárquico, que rompa com toda essa disciplinaridade do currículo escolar, pois a entendemos como uma temática complexa, híbrida e que não se identifica com nenhuma área de conhecimento específico (BARROS; RIBEIRO, 2012, p. 183).

Anderson Ferrari *et al* (2009, p. 211), acrescentam que neste mesmo período, situadas nas teorias pós-críticas, também emergem reflexões relativas aos conceitos e teorizações de questões como identidade, alteridade, diferença, subjetividade, discursos, representação, gênero, dentre outras. Tais apontamentos nos apresentam possibilidades de pesquisas, e criam

desafios que permeiam o enfrentamento das lógicas da heteronormatividade tão presentes nas escolas. Anderson Ferrari *et al* (2009), apontam ainda conceitos de gênero e sexualidade criados por autores como Joan Scott (1995), Guacira Louro (1997), Michel Foucault (1988) que parecem permanecer até o presente momento nas pesquisas da área.

No que diz respeito a gênero, pode-se dizer que seu conceito foi problematizado e proposto como categoria de análise por Joan Scott (1995), num contexto de envolvimento dos movimentos feministas pela luta dos direitos mulheres, mas traz em sua definição a presença da divisão entre de masculino e feminino. De acordo com Guacira Louro (1997) dentro dos feminismos se produziu uma rejeição do binarismo ou determinismo biológico implícito e criou-se um movimento em defesa da constituição dos marcadores de diferença de gênero a partir das reflexões das construções discursivas de cada sociedade, ou seja, o que é ser homem ou mulher pode se modificar também de acordo com o tempo histórico em que se está. Elenca-se então, Judith Butler (2003), que em suas defesas apresenta possibilidades diversas de manifestações de ser, de se identificar ou não se identificar. Butler (2015) ao analisar a noção de reconhecimento compreende que durante a narrativa que fazemos sobre nossa vida seremos sempre desorientados pelo outro e pela coletividade, sendo que destes dependerá toda cena do reconhecimento. Ela afirma que em certa medida precisamos nos fazermos substituíveis, pelo discurso do outro e da coletividade, para que estes nos reconheçam, o que será compreendido como uma despossessão do sujeito. Todavia, caso sejamos aprisionados totalmente por essa despossessão, nos colocamos na posição de um sujeito assujeitado pelo outro. Assim, a produção da inteligibilidade das existências marcadas pelas sexualidades sempre estará numa espécie de trama que vai enredando posições de sujeitos em lógicas em que a racionalidade não domina completamente. Uma jovem lésbica poderá experimentar um universo amplo de diferentes lesbianidades, tomando para si, numa espécie de bricolagem colada por emoções, elementos que a farão se reconhecer e ser reconhecida a partir deste universo pelos atos corpóreos que manifesta, ou seja, pela performatividade de gênero (BUTLER, 2003).

A sexualidade, por sua vez, é compreendida por Michel Foucault (1988), como um dispositivo, construído historicamente em meio às relações sociais de saber e poder. Segundo o mesmo,

[...] não se deve conceber [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988 p. 100).

O que pode ser complementado com a ideia de performatividade de gênero de Judith Butler (2003), de que: “(...) atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa.” (*apud* GRAÇA, 2016). A autora afirma que estes atos, gestos e desejos são performativos. O que nos permite compreender que práticas discursivas relativas a estes assuntos podem fornecer condições para a produção de inteligibilidade sobre as formas de existência marcadas pelas performatividades de gênero.

Considerando tudo que já foi mencionado anteriormente, o presente trabalho, assume que gênero e sexualidades são termos intimamente ligados e que incidem sobre o corpo, não sendo possível a dissociação destes. Ficando mais uma vez explícita, a relevância de se analisar como as noções de gênero e sexualidades são abordadas no contexto das pesquisas científicas na área da Educação Física.

2.4 Gênero e Sexualidades na educação: práticas discursivas que produzem tensões

Como visto nos apontamentos anteriores, ações que visam construir discussões sobre gênero e sexualidades na educação são recebidas com resistência e intolerância. Este combate foi exemplificado no subtópico anterior, agora, elenca-se o PNLGBT e algumas políticas públicas discutidas por Cláudia Vianna (2018) para exemplificar as práticas discursivas que também sofrem com o ambiente hostil que vem sendo produzido, mas que não deixam de criar tensões para que este quadro seja modificado. Elegeu-se a pesquisa de Cláudia Vianna (2018), por esta examinar o impacto da não inclusão das questões de gênero nas políticas públicas educacionais

[...] desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2001) até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de

Educação (PNE) – Lei Federal nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001). Também foi observado o processo de elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental como instrumentos de referência para a construção do currículo[...] (VIANNA, 2018, p. 25).

A referida autora, explicita que a inclusão de temas relativos à diversidade sexual através de elaboração e implementação de programas e projetos já ocorria desde o final do regime militar. Mas destaca que este processo de democratização ganha maior visibilidade a partir de 1980, e que nos anos 2000, é intensificada a busca por parcerias com o Estado (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Ainda é exposto por Cláudia, que este processo resulta na proposta de duas agendas de gênero: a primeira visando “centralizar a incumbência de elaboração do currículo oficial” (BARRETO, 2006, p. 2 *apud* VIANNA, 2018), iniciada com o governo de Fernando Henrique Cardoso, sob influência de organismos internacionais; a segunda, “inaugurada pelo governo Lula, permeada pelas demandas coletivas do segmento LGBT e pelas conferências, planos e programas a ele relacionados” (VIANNA, 2018 p. 26).

Nesse sentido, trazemos o PNLGBT como uma das práticas discursivas que trata as questões de gênero e sexualidades como Direitos Humanos. De acordo com o estabelecido neste documento:

O fato é que, garantindo-se amplo acesso aos direitos civis da população LGBT, promovendo a conscientização dos gestores públicos e fortalecendo os exercícios de controle social, serão implementadas políticas públicas com maior equidade e mais condizentes com o imperativo de eliminar discriminações, combater preconceitos e edificar uma consistente cultura de paz, buscando erradicar todos os tipos de violência (BRASIL, 2009, p. 7).

Este propósito vai ao encontro com o objetivo deste trabalho de produzir reconhecimento e inteligibilidade às temáticas gênero e sexualidades. Infere-se, portanto, que os combates às tentativas de fomento de discussões destes temas na área da educação, ferem não somente as propostas das políticas públicas, mas diretamente a constituição. Pois nela, são estabelecidos como direitos de toda (o) e qualquer cidadã (o) o acesso à educação, saúde, segurança, liberdade e principalmente o direito à vida. Não fazendo sentido, que os indivíduos que se identificam como LGBTI+ sejam questionados quando tentam usufruir de seus direitos e muito menos que sofram violências quando se posicionam contra padrões antidemocráticos como os estabelecidos pela heteronormatividade.

Seguindo o raciocínio da identificação dos pontos de tensão que permeiam as políticas públicas e o documento PNLGBT, cita-se a distorção frequente dos objetivos estabelecidos nas lutas pelo cumprimento dos direitos da população LGBTI+, em falsas afirmativas de que estes atentariam contra a estrutura familiar. Porém, como bem aponta Cláudia Vianna (2018), diversos embates foram criados para que este ponto fosse bem compreendido. O que nos permite compreender então, que não existe a intenção de atentar contra a instituição familiar, mas sim de se fazer reconhecer que a família pode ser constituída em diferentes formatos. Para que isto fosse entendido, vários contra-ataques foram criados de maneira equivocada. Levando inclusive à retirada de termos como “ideologia de gênero” do PNE e, também, de alguns dos planos estaduais e municipais de educação. Já que este termo, se refere a uma suposta existência dos papéis sociais de homens e mulheres, baseados em uma “‘natureza humana’ como decorrente de uma ‘lei natural’ dada por Deus, comprovada pela biologia e inalterável...” (VIANNA, 2018).

Outros pontos de tensão explicitados nos documentos e propostas aqui abordados, são as consolidações dos conceitos de gênero e sexualidades, além das afirmações biológicas direcionadas aos corpos dos sujeitos inculcando aos mesmos ações e tarefas padronizadas baseadas nas tradições binaristas. Destaca-se então, a necessidade de fortalecimento do enfrentamento da interferência de setores conservadores em geral, sejam de cunho religioso, político e/ou social. Sendo indispensável, que o conhecimento científico forneça às políticas sociais, embasamento e reconhecimento de que as ações de controle devem contemplar as diferenças e a diversidade sem estabelecer hierarquias ou exclusões.

Diante o exposto, é possível perceber que as lutas pelos direitos, reconhecimento e visibilidade da população LGBTI+ estão permeadas de tensões que se desdobram e acabam se transformando em diferentes tipos de violências. Os constantes ataques, os embates desproporcionais, promoções continuadas da manutenção de um clima de ódio direcionado a estas pessoas, expõem, a meu ver, o quão a sociedade brasileira se esforça para se manter arcaica e preconceituosa. Estas e outras dificuldades enfrentadas ao se tentar romper com os padrões heteronormativos, reforçam a necessidade de buscarmos elucidar assuntos referentes a gênero e sexualidades na área da educação.

2.5 Gênero e Sexualidades no ambiente escolar e nas políticas públicas

Autores e autoras como Cláudia Vianna (2012), demonstram continuidade em pesquisas que investigam gênero e sexualidades na área das políticas públicas voltadas à educação. Em estudos realizados em 2012 e 2016, a pesquisadora afirma que apesar da visibilidade e mudanças que tangem assuntos relacionados a diversidade sexual terem se fortalecido na década de 80 e início dos anos 90, foi no governo Lula que o reconhecimento à diversidade tomou maiores proporções. A partir de negociações e inserção de representantes na própria organização administrativa, foi possível criar secretarias especiais que passaram a atender uma demanda até então negligenciada pelos governos anteriores. Segundo a própria autora, a fim de superar preconceitos e discriminações já consolidados no contexto social, tais mudanças, acabaram culminando na “[...] criação de novas responsabilidades governamentais e de tentativas de “introdução de diretrizes respeitadas à diversidade sexual”, referência no campo do currículo; da formação docente; e das relações estabelecidas no ambiente escolar [...]” (VIANNA, 2012, p. 134).

Em 2018, Cláudia Vianna ressalta em outra investigação, que ao mesmo tempo em que é possível identificar evoluções nas conquistas de direitos sociais publicados na Constituição Federal de 1988, também ocorrem, ao longo da história, “reorientações políticas de cunho neoliberal que vão restringir o acesso a espaços públicos e democráticos” (apud SARAIVA, 2019, p. 41). Sendo assim, investigar e refletir a produção de pesquisas relativas ao gênero e às sexualidades no meio escolar, significa pensar o sistema educacional como um resultado de processos políticos, sociais, culturais e psicológicos que modificam ao longo dos anos. Ou seja, significa problematizar como somos construídos enquanto sujeitos historicamente localizados e culturalmente produzidos (FOUCAULT, 1988; FERRARI *et al*, 2009).

Uma vez que entendemos a cultura como o campo de lutas, negociações, contestações e enfrentamentos, e a escola como um dos lugares onde nossas experiências ganham sentido e onde um “regime de verdade” pode ser contestado, é que concordamos com Michel Foucault (1988) a partir da leitura de Judith Butler (2003). Esta afirma que o sujeito ao relatar a si, sempre trará uma possibilidade de reflexividade sobre sua existência, o que o constituirá seu relato (BUTLER, 2015). Foucault ainda reflete sobre os mecanismos de significação que

defendemos durante a construção de um discurso, ao mesmo tempo que construímos e desconstruímos relações de poder com os outros (FERRARI *et al*, 2009). Porém, mesmo fazendo todo sentido que discussões relativas a gênero e sexualidades ocorram no ambiente escolar, autores como Garcia e Brito (2018), afirmam que estas tentativas de debate vêm sofrendo forte censura pelas investidas antigênero. De tal maneira que “assembleias e câmaras legislativas em diversas regiões do país aprovaram a retirada dos termos “gênero” e “sexualidade” de seus planos municipais e estaduais de educação” (GARCIA e BRITO, 2018). Como por exemplo, a substituição da ênfase na “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” no Plano Nacional de Educação – PNE (BRITO e SANTOS, 2018).

Estas tentativas de censuras também podem ser observadas no campo de produção de trabalhos relacionados ao gênero. Natanael Silva (2016), afirma em seu estudo, que as “práticas institucionalizadas tendem a silenciar e perpetuar uma concepção hegemônica do discurso histórico”, uma vez que percebe que para se elaborar um conhecimento histórico a partir do gênero, é preciso tomar uma posição. Vencato *et al* (2018), complementam expondo que no “debate da "ideologia de gênero", a ideia de que o gênero é uma construção social (...) difundida como potencialmente ameaçadora à família natural e à sociedade. Para estes autores, vale ressaltar também que nesta perspectiva da “ideologia de gênero” os estudantes não são considerados como sujeitos dotados de subjetividade e conhecimentos prévios. Aos professores é embutido “um poder quase sobrenatural de "fazer a cabeça" de estudantes incautos/as” (VENCATO *et al*, 2018).

Mattos (2018, pg. 578), contribui ainda com a constatação de que “movimentos ultraconservadores têm se colocado tanto contra o gênero como “escolha individual” quanto contra “professores doutrinadores” que assujeitariam estudantes a desenvolver gêneros “não naturais””. O autor deixa transparecer que isto se dá, a fim de criar truques e assombrar pais e mães para conseguir maior apoio contra os estudos relativos à gênero e sexualidade nas escolas. Pensamento que possibilita inferir, que este contexto resulta na promoção de discursos de ódio contra qualquer enfrentamento às narrativas moralizantes, heteronormativas e/ou de cunho não-dialógico.

Richard Miskolci (2007), também aponta reflexões referentes à uma certa produção de “pânico moral” relativa a qualquer pensamento que questione os privilégios da

heteronormatividade. Pode-se afirmar que este autor entende “pânico moral” como uma reação julgadora da sociedade, seja explicitada através da mídia, de opinião pública ou de agentes de controle social, que diante de situações e identidades sociais que tentam romper com padrões normativos as presumem como perigo (MISKOLCI, 2007). Tal entendimento se dá, a partir da ideia de Stanley Cohen (1972) de que quando surge “pânico moral”:

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (COHEN, 1972, pg. 46).

Cabe pontuar ainda, que segundo Anna Paula Vencato *et al* (2018), o fato de combater ou não falar sobre os temas diferenças, gênero e sexualidades, não os farão sumir da vida cotidiana das pessoas, fora da escola. Mesmo daquelas que se posicionam contra o estudo destes. O que torna ainda mais absurda a disseminação de ideias contrárias e principalmente de discursos de ódio.

2.6 Educação Física escolar, corpo, gênero e sexualidades

Observa-se ao longo da história da Educação Física escolar, mudanças nas propostas pedagógicas relativas a seus conteúdos de acordo com as alterações políticas e sociais que ocorriam no país. A representação do corpo que se problematiza na escola está ancorada na perspectiva biológica, não considerando as construções históricas, sociais e culturais dos sujeitos. A busca por estratégias de reconhecimento do outro e de respeito à diversidade existente nas aulas de Educação Física escolar, deve ser uma constante, dada a diversidade de características e interesses do aluno. Assim, as diferenças culturais devem ser contempladas e atingir a grande maioria dos alunos. Rodrigues (2019), entende, as escolas, como *locus* de aprendizagem e assim, meio onde se deve promover a construção social de gênero. Neste

sentido, faz-se importante destacar que durante as leituras realizadas para esta pesquisa, observou-se que o esforço de se projetar um ambiente mais propício e inclusivo, muitas vezes leva a discussões sobre escolaridade unissexo versus mista. A Educação Física escolar é uma disciplina onde os conteúdos e arranjos de agrupamentos podem contribuir para expectativas e suposições estereotipadas dos corpos. Normalmente, quando o gênero é levantado como uma questão na Educação Física escolar, a atenção é frequentemente direcionada para os problemas encontrados pelas meninas e suas evidentes alienação e falta de participação nestas aulas. Até o momento, poucos estudos têm focado nas experiências dos alunos na percepção de gênero neste contexto. A pesquisa de Paulo Henrique Queiroz Nogueira (2020), que além de denunciar situações de violências físicas e psicológicas sofridas por jovens não binários no ambiente escolar, também evidencia como os corpos destes jovens são julgados e marginalizados por apresentarem traços de “inadequações” em suas sexualidades. O autor explica

“que a expressão “criança viada” é cunhada por Iran de Jesus Giusti, jornalista e ativista gay, que, em 2012, criou um Tumblr denominado “criança viada”, reunindo fotos dele e de amigos retratando expressões de gênero em desacordo às expectativas sociais: meninos efeminados e meninas masculinizadas” (NOGUEIRA, 2020, p. 106).

Vê-se então que o corpo se torna foco de análise e marginalização social a partir do momento que retrata e explicita gestos e maneirismos considerados inadequados aos moldes de uma sociedade heteronormativa. Um jovem retratado nesta última pesquisa foi tratado de forma diferente por seus pares, por haver

“...sinais em seu corpo que evidenciavam para os outros o que ele era, sem nem ele saber ou perceber como essas insígnias operavam nele, mas já assinalavam emblematicamente que, por ser uma criança viada, tratavam-se de marcas públicas, conhecidas por todos que compartilham as normas de gênero em que se convocam meninos para serem viris e performar em masculinidades condizentes com as expectativas que se depositam sobre seus corpos” (NOGUEIRA, 2020).

Neste sentido, ao analisar um ensaio que tece problematizações sobre sexualidades e infância no ambiente escolar, Marco Antonio Torres *et al* (2021, no prelo), também sinalizam com preocupação a precarização com a qual a existência de corpos não heteronormativos, como a

“criança viada”, são tratados. Para estes autores, esta negligência contribui para a invisibilidade destes sujeitos. Apontam então, a formação docente como uma possível estratégia para se romper com a hierarquização de gêneros, e assim deslocar as performatividades de corpos da posição de subalternidade. Afirmam ainda que:

A formação docente precisa acessar inteligibilidades emergentes sobre as questões de gênero e das sexualidades e tomá-las como elementos analisadores do contexto educacional, de outro, os corpos de LGBTQIA+ não alcançam o reconhecimento de corpos que ganham importância nas interdependências sociais (TORRES *et al*, 2021, no prelo).

Lino Castellani Filho (1988) relata que nas primeiras etapas de institucionalização da Educação Física escolar, esta era conduzida restritamente por militares, religiosos e médicos. Este contexto indica como esses discursos que historicamente se conduziram pela heteronormatividade se dispersaram em currículos, práticas pedagógicas, cotidiano, entre outras ações das instituições de ensino. Fato que agregou características específicas na produção de valores relativos ao corpo por esta disciplina, produzindo práticas discursivas marcadas pelo dispositivo da sexualidade. Através então, de uma proposta advinda das influências médicas, religiosas e militares, surgiu a abordagem Higienista. A qual defende a prática de exercícios físicos em prol do desenvolvimento físico e moral, a fim de consolidar melhores hábitos de higiene e saúde dos indivíduos que fomentem a “formação de corpos dóceis, apáticos, passivos, disciplinados, indefesos, alienados, obedientes, adestrados”, atendendo também, a demanda de preparação de corpos para o trabalho (SILVA, 2012). Vê-se que tais objetivos buscam padronização de comportamentos morais/éticos e corporais/movimentos, desconsiderando por completo as individualidades e interesses dos alunos e também dos professores.

A história da Educação Física apresenta a construção de diferentes abordagens pedagógicas. Em suas obras, Suraya Darido (1998; 2003), evidencia algumas características das propostas pedagógicas da Educação Física escolar que surgem ao longo do século XX, sendo estas: Desenvolvimentista, Construtivista-Interacionista, Crítico-Superadora, Sistêmica, Psicomotricidade, Crítico-Emancipatória, Cultural, Saúde Renovada, assim como a proposta dos PCNs. Cada uma destas, trabalha com o corpo adotando diferentes conteúdos, priorizando

distintas temáticas como: esportes de rendimento, ginásticas, calistenia, psicomotricidade, dentre outras que visavam alcançar suas finalidades particulares. No entanto, mesmo demonstrando diferenças em seus objetivos e práticas, é possível perceber que na maioria destas abordagens, o corpo é submetido a experiências que visam aprendizado, aperfeiçoamento e melhoramento, seja de habilidades sociais, cognitivas, motoras e/ou psicomotoras, sem que as temáticas relativas à gênero e sexualidades sejam trabalhadas respeitando a diversidade ou fora das ideias heteronormativas.

Na proposta dos PCNs (1997), por exemplo, o conhecimento sobre o corpo é apontado como uma das temáticas principais dos conteúdos. Mesmo que o termo utilizado nos PCNs como tema transversal seja Orientação Sexual, e que segundo Cláudia Vianna (2012), a temática da diversidade sexual não ganhe tanta relevância no documento, existe a possibilidade de o professor trabalhar com assuntos pertinentes à gênero e sexualidades. Portanto, caberia ao mesmo, selecionar, planejar e ministrar aulas que contemplassem e discutissem adequadamente os assuntos. Oportunizando assim, aos alunos, construir relações interpessoais e de autoconhecimento nas dimensões das sexualidades e de gênero. Porém, é extremamente importante reforçar que professores e profissionais da educação vivem, todos os dias, imersos em um ambiente hostil. Como demonstrado na pesquisa de Anna Vencato *et al* (2018) e Rogério Junqueira (2007; 2018), é sob um clima de ódio direcionado àqueles que por ventura se interessem em defender ideias que combatam os ideais da matriz heteronormativa que professores são desafiados a construir conhecimento junto a seus alunos.

3. APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS

O presente projeto se assume como bibliográfico, por utilizar artigos científicos, livros e dissertações disponíveis em bibliotecas virtuais como fontes da investigação, a fim de agrupar informações relativas a um fenômeno (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A investigação iniciou com a realização de um estado do conhecimento visando mapear as pesquisas produzidas no Brasil, sobre gênero e sexualidades na Educação Física, publicadas no período de 2015 a 2019 e disponíveis gratuitamente em meios eletrônicos. A fim de complementar a pesquisa, investigou-se as produções inseridas nos repositórios das

Universidades mineiras. Como critério de inclusão elegeu-se as Universidades Federais do Estado de Minas Gerais ofertantes de cursos de Educação Física na modalidade de Bacharelado e/ou Licenciatura. Esta ação visou identificar o número de publicações produzidas pelas Universidades sobre o assunto e, também os programas/áreas em que estas investigações ocorrem. O filtro para se chegar aos conteúdos voltados para Educação Física escolar se deu através de leitura dos resumos de todos os documentos que citavam como palavras-chave: Educação Física; Gênero; Sexualidades, utilizando os conectivos “e” e “and”. Fica aqui registrado, que não foi possível acessar o repositório da Universidade Federal de São João Del Rei, pois este se apresentava em construção. Nos *sites* das Universidades Federais de Lavras (UFLA), do Triângulo Mineiro (UFTM), dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), e de Viçosa (UFV) não foram encontrados estudos que contemplem as temáticas em contextos da EFE. Já nos repositórios das Universidades Federais: de Juiz de Fora (UFJF) foram encontrados 5 estudos entre 548 publicações; de Minas Gerais (UFMG) foram selecionados 9 estudos dentre 12180 trabalhos produzidos entre 2015 e 2019; de Ouro Preto (UFOP) encontrou-se 2 de um total de 3.875 publicações deste período; de Uberlândia (UFU) também 2 trabalhos dentre 639 pesquisas.

Para o processo de desenvolvimento do estado do conhecimento, primeiramente foram utilizados, nos bancos de dados da CAPES, os descritores: Educação Física; Gênero; Sexualidade; Educação Física escolar. Estas palavras, foram conectadas pelo operador booleano “and”, e a fim de filtrar melhor os resultados, definiu-se o período de 2015 a 2019, pois, já existe a pesquisa de Sabatel (2016), que abrange o período de 2004 a 2014. Assim como neste trabalho citado, a escolha pela consulta em tais bases de dados se deu devido as características de acesso gratuito e *online*, o controle de qualidade realizado pelos respectivos conselhos editoriais em conjunto com os revisores e principalmente pelo caráter científico que o presente estudo exige.

Esta etapa, possibilitou identificar os materiais que participaram dos *corpora* do estudo. Após o levantamento destas produções, seus conteúdos foram sintetizados e em seguida, sistematizados e discutidos. Estes procedimentos estão de acordo com as orientações de Romanowski, 2002 *apud* Romanowski e Ens, 2006 para se construir um estado do conhecimento.

De acordo com Joana Romanowski e Romilda Ens (2006), nos últimos anos, é possível perceber um aumento de programas, cursos, seminários e encontros na área de educação. Junto a este movimento, também ocorre a intensificação de publicações e consequentemente maiores números de questionamentos dentro de uma mesma área. Com isso, elas apontam que: “faltam estudos que realizem um balanço e encaminhem para a necessidade de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes”. Situação esta, que torna interessante a realização de estudos denominados estado da arte e estado do conhecimento.

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções. Por exemplo: para realizar um “estado da arte” sobre “Formação de Professores no Brasil” não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006 p. 39/40).

Observando os apontamentos acima de Romanowski e Ens, é possível dizer que uma pesquisa de Estado da Arte e uma investigação de Estado do Conhecimento se aproximam quando identificadas como de caráter bibliográfico. Mas se diferenciam principalmente pela primeira apresentar a necessidade de uma busca de produções mais diversificada, ampla e profunda. Portanto, este trabalho, de caráter bibliográfico, se assume como Estado do Conhecimento.

Compreendido como uma metodologia capaz de “...mapear e de discutir uma certa produção acadêmica...”, o Estado do Conhecimento apresenta como características bibliográficas do processo de produção, a realização de um estudo descritivo e analítico do material a ser consultado (FERREIRA, 2002 p. 257). Tal linha de pensamento, subsidia a proposta deste trabalho, além de corroborar Marília Morosini e Cleoni Fernandes (2014, p 155), que definem esta metodologia como “a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

O mapeamento das pesquisas encontradas foi organizado em uma tabela cujos dados foram redistribuídos e apresentados nos Quadros 1, 2, 3 e 4 desta dissertação para facilitar compreensão e discussão do que se encontrou. Inicialmente as buscas foram realizadas apenas

na CAPES e *SciELO*, e diante um baixo número de pesquisas, abrangeu-se para as outras plataformas. No capítulo abaixo serão apresentados 4 quadros: Quadro 1: Apresenta a Síntese quantitativa das produções encontradas nas bases de dados CAPES, *SciELO*; Quadro 2: Síntese quantitativa das produções encontradas nas Bibliotecas - BDTD e BVS; Quadro 3: Relação das produções selecionadas nas bases de dados quantificadas nos primeiros quadros, e Quadro 4: Produções disponíveis nos repositórios das Universidades Federais do estado de Minas Gerais.

Os QUADROS 1 e 2 apresentados a seguir, demonstram a quantidade de documentos encontrados nas bases de dados consultadas. Estes facilitam a visualização do baixo número de materiais produzidos na área, durante o período de 2015 a 2019, em relação ao assunto de forma geral. Para que os documentos fossem selecionados, era necessário que suas investigações contemplassem temas relativos à gênero e/ou sexualidades no contexto da Educação Física escolar. Portanto, as produções descartadas por este estudo abordavam as temáticas em outros contextos, como por exemplo: em situações vivenciadas na prática de esportes de rendimento e/ou práticas de atividades físicas fora do ambiente escolar.

Como dito anteriormente, diante do baixo número de documentos encontrados nos *sites* da CAPES e da *SciELO*, decidi consultar outras bases de dados que mantivessem as preocupações em relação a qualidade das produções sem acarretar prejuízo ao caráter científico desta pesquisa. Porém, ao consultar os GTs ANPED, não foi encontrado nenhum trabalho que relacionasse gênero e/ou sexualidades com a Educação Física escolar no período de 2015 a 2019. Fato que gerou surpresa, pois uma vez que os grupos de trabalho em questão são direcionados a discutir conhecimentos inerentes a educação, e inclusive destinam ao GT23 a temática Gênero, sexualidade e Educação, esperava-se encontrar algum estudo que pudesse compor a presente investigação. Não satisfeita com a descoberta, elenquei as bibliotecas BDTD e BVS por considerá-las fontes importantes de convergência de pesquisas que também se encaixavam nos parâmetros de cientificidade. Porém, os resultados se mostraram coerentes com a amostra encontrada anteriormente. Apesar de identificar mais alguns estudos, estes ainda eram minoria. Vejam por si mesmos!

QUADRO 1: Síntese das produções encontradas nas bases de dados CAPES, SciELO

Descritores	Total documentos na base CAPES	Documentos selecionados na base CAPES	Total documentos na base SciELO	Documentos selecionados na base SciELO
“Educação Física escolar e/and Gênero”	16	5 (dos quais 4 também se encontram na SciELO)	4	9 (dos quais 4 também se encontram na CAPES)
“Educação Física e/and Gênero”	158		26	
“Educação Física escolar e/and Sexualidade”	4		0	
“Educação Física e/and Sexualidade”	35		5	
“Educação Física escolar e/and Gênero e/and Sexualidade”	66		0	
“Educação Física e/and e/and Gênero e/and Sexualidade”	177		4	

Fonte: Materiais da CAPES e SciELO entre os anos de 2015 a 2019.

QUADRO 2: Síntese das produções encontradas nas Bibliotecas - BDTD e BVS

Descritores	Total documentos na base BDTD	Produções selecionadas na base BDTD	Total documentos na base BVS	Produções selecionadas na base BVS
“Educação Física escolar e/and Gênero”	149	3	11	2
“Educação Física e/and Gênero”	288		37	
“Educação Física escolar e/and Sexualidade”	75		2	
“Educação Física e/and Sexualidade”	142		9	
“Educação Física escolar e/and Gênero e/and Sexualidade”	37		4	
“Educação Física e/and e/and Gênero e/and Sexualidade”	64		7	

Fonte: Materiais da CAPES e SciELO entre os anos de 2015 a 2019.

Visto que as palavras chaves permitiam que investigações em contextos do bacharelado também fossem filtradas nas bases de dados e repositórios, fez-se necessária a leitura de todos os resumos das pesquisas encontradas para selecionar apenas as que contemplavam o contexto

escolar. Feito isto, restou sintetizar as pesquisas de acordo com seus dados de publicação. Resultado apresentado a seguir.

QUADRO 3: Produções selecionadas nos sites da SciELO, CAPES, BDTD e BVS

Títulos e autores	Tipo de documento	Ano de Publicação	Publicado em	Base de dados
Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do programa institucional de bolsa de iniciação à docência (UFSM). - ANDRES, Suélen de Souza; JAEGER, Angelita Alice; GOELLNER, Silvana Vilodre.	Artigo	2015	Revista da Educação Física / UEM	SciELO
Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. - DORNELLES, Priscila Gomes; DAL'IGNA, Maria Cláudia.	Artigo	2015	Educação e Pesquisa	SciELO/CAPES
As relações de gênero no espaço da educação física escolar no município de Pio XII – MA. - LIMA, Rarielle Rodrigues.	Dissertação	2015	Sistema de Publicação eletrônica de Teses e Dissertações	BDTD
Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas? - MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena.	Artigo	2016	Cadernos Pagu	SciELO
Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. - UCHOGA, Liane Aparecida Roveran; ALTMANN, Helena.	Artigo	2016	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	SciELO
Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades na escola. FRANCO, Neil.	Resenha	2016	Revista Estudos Feministas	SciELO
Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física. – MACHADO, Aline Gomes; PIRES, Roberto Gondim.	Artigo	2016	Motrivivência	BVS
Gênero e sexualidade na educação física escolar: um Balanço da produção de artigos científicos no Período de 2004 a 2014 nas bases do <i>Lilacs</i> e <i>SciELO</i> . - SABATEL, G. M. G; ALVES, S. de S., FRANCISCO, M. V., & CANHOTO de LIMA, M. R.	Artigo	2016	Revista Pensar a Prática	BVS
A construção identitária nas aulas de educação física. - MONTEIRO, Marcos Vinicius Pereira.	Artigo	2017	Revista Brasileira de Educação	SciELO
Educação Física e sexualidade: desafios educacionais. DEVIDE, Fabiano Pries.	Resenha de Livro	2017	Revista Estudos Feministas	SciELO
Professores de Educação Física Formados em Instituições Privadas e a Problematização do Corpo. - BARBOSA, Pietrine. P.	Dissertação	2017	Repositório UFMG	BDTD

Títulos e autores	Tipo de documento	Ano de Publicação	Publicado em	Base de dados
Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos. - ALTMANN, Helena; AYOU, Eliana; GARCIA, Emília Fernández; RICO, Elena Ramírez; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge.	Artigo	2018	Revista Estudos Feministas	SciELO/ CAPES
“Coisa de menino, coisa de menina” – o papel da educação física na compreensão das relações de gênero como base para uma educação. - CARBALLO, F. P.; FONSECA, A. P. M.; FERREIRA, P. S. S.; NETO, J. A. R.	Artigo	2018	Revista Relações Sociais	CAPES
Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. - AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano.	Artigo	2018	Revista Estudos Feministas	SciELO/ CAPES
A (re)produção das normas de gênero e a educação dos corpos de meninos e meninas: discursos e práticas pedagógicas de professores/as de educação física do município de Catalão Goiás. CARVALHO, Leandro K. R.	Dissertação	2018	Sistema de Biblioteca UFG	BDTD

Fonte: Sites da CAPES, SciELO, BDTD e BVS entre os anos de 2015 a 2019.

Com este Quadro 3 foi possível visualizar que as produções se dividem em 10 artigos, 3 dissertações e 2 resenhas. Documentos estes produzidos no período de 2015 a 2018.

No QUADRO 4 são elencadas as produções, que abordam temas relativos à gênero e/ou sexualidades em contextos da Educação Física escolar, disponíveis nos repositórios das Universidades Mineiras apresentadas, como ofertantes de cursos de Educação Física.

QUADRO 4: Produções disponíveis nos repositórios das Universidades Federais do estado de Minas Gerais

Títulos e autores Universidades	Tipo de documento	Área ou revista	Ano	Universidade
Educação física em Minas Gerais: uma análise do documento curricular de 1978. - LIMA, Simone Lucas Agostinho de.	Dissertação	Mestrado em Educação	2019	UFJF
Construção das identidades de gênero na infância: os discursos dos brinquedos e brincadeiras. GODOY, Karine Natalie Barra	Dissertação	Mestrado em EF	2017	UFJF
Teoria e política curricular de Educação Física: a conformação dos Conteúdos Básicos Comuns de Minas Gerais. VARGAS, Cláudio Pellini.	Tese	Doutorado em Educação	2017	UFJF

Títulos e autores Universidades	Tipo de documento	Área ou revista	Ano	Universidade
Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades na escola. FRANCO, Neil	Artigo de Periódico <i>*Já presente no QUADRO 3</i>	Estudos Feministas	2016	UFJF
Discursos e experiências pedagógicas de gênero no programa segundo tempo. GOMES, Aline Laila.	Dissertação	Mestrado em EF	2015	UFJF
Coreografias juvenis: gêneros e sexualidades na cena escolar. FERREIRA, Petrônio Alves.	Dissertação	Mestrado em Educação	2019	UFMG
Professores de Educação Física formados em instituições privadas e a problematização do corpo. BARBOSA, Pietrine Paiva.	Dissertação <i>*Já presente no QUADRO 3</i>	Mestrado em Educação	2017	UFMG
O currículo em ação da Educação Física: contribuições para a discussão de gênero no contexto escolar. FARIA, Wagner Francis Martiniano de.	Dissertação	Mestrado em Educação	2017	UFMG
Transexualidades e travestilidades no espaço escolar heteronormativo: as respostas da escola a quem desafia as imposições de gênero. SILVA, Evandro Moreira da.	Monografia	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Especialização em Gênero e Diversidade na escola	2016	UFMG
Práticas pedagógicas envolvendo o gênero e suas variações na escola. FRÓIS, Rosemeire Camilo.	Monografia	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Especialização em Gênero e Diversidade na escola	2016	UFMG
Relação de gênero e diversidade em uma escola de ensino fundamental de Contagem. RODRIGUES, Beatriz.	Monografia	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Especialização em Gênero e Diversidade na escola	2016	UFMG
Escola, gênero e diversidade sexual: uma análise sobre a produção acadêmica e sua relação com a criação de iniciativas de promoção à diversidade no campo pedagógico. SOPHIA, Bianca de Vasconcellos.	Monografia	Departamento de Psicologia - Especialização em Gênero e Sexualidade na Escola	2016	UFMG
A reprodução da hierarquia de gênero na escola. SILVA, Regina Célia da.	Monografia	Departamento de Psicologia - Especialização em Gênero e Sexualidade na Escola	2015	UFMG

Títulos e autores Universidades	Tipo de documento	Área ou revista	Ano	Universidade
Educação Física e Possibilidades de Ruptura com o Binarismo de Gênero. D'ASSUNÇÃO, Rosa Irene.	Monografia	Departamento de Psicologia - Especialização em Gênero e Sexualidade na Escola	2015	UFMG
Gênero e sexualidades no cotidiano escolar: olhar de docentes. SARAIVA, Izabella Marina Martinho.	Dissertação	Mestrado em Educação	2019	UFOP
As relações de gênero na educação infantil: implicações no nível de participação das meninas nas aulas de Educação Física em uma escola pública da cidade de Ouro Preto, MG. DAMACENA, A. D.; MAXIMIANO, N. D. V.; PAIXÃO, J. A. da.	Artigo	Revista Iniciação & Formação Docente	2016	UFOP
Experiências de alunas e alunos LGBTQs e identidade de gênero na escola. SANTOS, Samuel Rodrigues dos.	Dissertação	Mestre em Estudos Linguísticos	2017	UFU
Um estudo baseado em dissertações e teses sobre sexualidade em Programas de Pós-graduação em Educação em Minas Gerais (1997-2014). SOUZA, Juliane Cristina Ribeiro Borges de.	Dissertação	Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática	2018	UFU

Fonte: Repositórios das Universidades Federais do estado de MG entre os anos de 2015 a 2019.

A investigação organizada neste Quadro 4 permitiu identificar que poucas são as pesquisas realizadas a partir de programas de mestrado em Educação Física. A maioria dos autores, foram inscritos em programas de outras áreas, como: educação, psicologia, entre outras.

4. DESDOBRAMENTOS E VISIBILIDADE DAS TEMÁTICAS GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Durante a construção desta dissertação, duas perguntas emergiram e nortearam as investigações. São elas: “Como as noções de gênero e sexualidades na área da Educação Física aparecem nas produções acadêmicas brasileiras?” A fim de responder a essa pergunta e, também abarcar os objetivos iniciais da pesquisa, neste capítulo serão tecidas algumas análises e discussões sobre os dados encontrados.

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades, mas sim, de contribuir com a produção de inteligibilidades, reconhecimento e compreensão dos assuntos que norteiam a presente investigação, é que os resultados foram discutidos em diferentes subseções.

- **Grupo 1** - Trabalhos que compilaram informações de produções em um determinado período;
- **Grupo 2** - Pesquisas que mantêm investigações voltadas para diferenciação entre meninos e meninas;
- **Grupo 3** - Estudos que analisaram gênero e/ou sexualidades nas escolas e citam as aulas de Educação Física no processo de construção das reflexões;
- **Grupo 4** - Produções que se debruçaram em reflexões das posturas de professores e suas escolhas para propostas pedagógicas em aulas de EF;
- **Grupo 5** - Pesquisas que contemplam discussões relativas às pessoas e/ou grupos que não se identificam como pertencentes às categorias binárias e heteronormativas. Ou seja, estudos voltados para análise das práticas da Educação Física mediante uma diversidade que reconhece sujeitos LGBTI+.

Em seguida, na subseção 4.1 serão analisados e discutidos os artigos elencados pela presente pesquisa. Já a 4.2, trará descrições referentes às conclusões das produções encontradas, assim como reflexões sobre como as práticas discursivas presentes nas mesmas, se aproximam das práticas discursivas produzidas no Plano Nacional LGBT e nas políticas públicas discutidas por Vianna (2018). Estas subseções visam desdobrar o processo de verificação de como gênero e sexualidades são discutidos pela Educação Física escolar, nos contextos de pesquisas científicas brasileiras do período de 2015 a 2019.

4.1 Focos das pesquisas elencadas nos QUADROS 3 e 4

Gênero e sexualidades são assuntos que, aos poucos, estão ganhando visibilidade e espaço em discussões. Destaca-se como prova deste processo as pesquisas de Glenda Sabatel *et al* (2016), Bianca Sophia (2016) e Juliane Souza (2018) que investigam, respectivamente, produções que abordam tais assuntos na Educação Física escolar no período de 2004 a 2014; nas produções acadêmicas no campo pedagógico também entre 2004 e 2014; em Programas de Pós-Graduação em Educação entre os anos de 1997 e 2014. Estes trabalhos além de mapearem as produções e contribuírem com a observação das direções que as discussões estão tomando, expõem o pequeno número de publicações existentes. Evidenciam ainda, que

as pesquisas, se subdividem em focos diversificados e se concentram em regiões específicas do país. Glenda Sabatel *et al* constataram:

[...]que mesmo com os avanços dos estudos relacionados à área de Educação Física, sobretudo, aqueles que dialogam com os temas de gênero e sexualidade frente ao meio escolar, há ainda uma escassez de trabalhos e pesquisadoras (es) no Brasil. Eles foram produzidos por grupos de pesquisas localizados exclusivamente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país, evidenciando descompassos em sua produção, bem como que os temas precisam de maior visibilidade (SABATEL *et al*, 2016, p. 205).

Este exemplo de diagnóstico além de reforçar e justificar a realização da presente pesquisa, descreve um contexto que acarreta uma certa dificuldade de se encontrar aprofundamento nas análises dos desdobramentos. Principalmente quando se procura uma área ou recorte específico, fator que influencia, inclusive, a presente pesquisa.

Glenda Sabatel *et al* (2016) relatam também, que, no Brasil, as discussões relativas a gênero iniciaram em “decorrência da lacuna histórica e cultural existente entre os sexos, por meio da qual a mulher era inferiorizada em relação à figura do homem”. Afirmativa que carrega consigo um certo discurso biológico, mas que marca discussões de confronto do binarismo e da heteronormatividade extremamente importantes para futuros desdobramentos.

Os cenários e práticas atuais da Educação Física escolar, são questionados e problematizados em todas as investigações elencadas nos QUADROS 3 e 5. Mas algumas voltam suas discussões para questionamentos sobre a diferença das atividades propostas para meninos e meninas ou a diferença do envolvimento de meninas e meninos com a atividade física nas aulas de Educação Física. São elas: Andres *et al* (2015), Priscila Dornelles e Maria Dal’Igna (2015), Rarielle Lima (2015), Ana Damascena *et al* (2016), Marina Mariano e Helena Altmann (2016), Neil Franco (2016), Liane Uchoga e Helena Altmann (2016), Leandro Carvalho (2018), Carballo *et al* (2018), Petrônio Ferreira (2019) e Helena Altmann *et al* (2018). Nesta última pesquisa por exemplo, foram constatadas

“desigualdades de gênero nas relações que os jovens estabeleceram com as atividades físicas e esportivas. Com exceção da percepção de apoio docente, a qual tem forma equânime, em todos os outros itens, os meninos apresentaram resultados mais positivos do que as meninas” (ALTMANN *et al*, 2018, p. 9).

Não que isto seja algo negativo ou de menor importância. Significa dizer, que ainda se encontram presentes, nestas discussões, distinções binaristas de gênero, baseadas

principalmente nas ideias de Joan Scott, o que localiza as pesquisas historicamente e identifica suas raízes nas lutas feministas. Ressalta-se que uma perspectiva pós-estruturalista, principalmente marcada pela influência de Judith Butler (2003) passará a problematizar o binarismo presente até em diversos feminismos contemporâneos. Também, por vezes, situam as formas de reconhecimento a partir de uma racionalidade que será problematizada por Butler (2015) pela discussão sobre a opacidade dos processos de reconhecimento. Cabe destacar que a entrada dos debates dessa autora no Brasil, se deu através das discussões de Guacira Lopes Louro, principalmente no texto que discute a proposta de um currículo *queer* (LOURO, 2001).

Na análise das pesquisas, encontrou-se também, documentos que citavam a Educação Física escolar como um potencial *locus* para se discutir gênero e sexualidades. Porém, seus objetivos principais eram investigar estes temas inseridos na escola como um todo. O que levou a percepção de que as reflexões, relativas à Educação Física escolar, apesar de extremamente importantes, se construíram de maneira superficial. Elenca-se como exemplo um interessante trecho da pesquisa de Izabella Saraiva (2019):

[...] muitas vezes, o discurso sobre o gênero na escola se silencia ou aparece de forma implícita, em áreas, como a Educação Física, esse discurso parece mais explícito. Conforme um modelo hegemônico de masculinidade, as mulheres são tidas como fisicamente mais frágeis e, portanto, devem ser poupadas de atividades mais agressivas. Já, para o homem, a prática esportiva é dada como algo inerente à sua natureza, logo, não a praticar é sinal de que algo está errado (SARAIVA, 2019, p.35).

Mais uma vez, não se trata de um apontamento negativo, mas de uma análise crítica e explicitadora dos conteúdos das pesquisas encontradas. As produções que representam este grupo são: Regina Silva (2015), Beatriz Rodrigues (2016) e Karine Godoy (2017), Izabella Saraiva (2019).

Outras pesquisas como Aline Gomes (2015), Rosimeire Frois (2016), Aline Machado e Roberto Pires (2016), Claudio Vargas (2017), Pietrine Barbosa (2017), Wagner Faria (2017), Daniela Auad e Luciano Corsino (2018), e Simone Lima (2019), basearam suas discussões com reflexões sobre questões referentes ao posicionamento de professores e suas intenções de modificar as próprias práticas pedagógicas no que diz respeito a abordagem das temáticas

gênero e sexualidades em suas aulas. Tentando assim, segundo Daniela Auad e Luciano Corsino (2018), “cruzar fronteiras cristalizadas pela tradição”. Ainda segundo estes autores,

a partir dos conflitos e resistências na sala de aula, na quadra e no campo da Educação Física escolar, importa que se possa assumir, na escola, um cotidiano que reelabore repetidamente diferentes estratégias, considerando as formas de organização dos/as alunos/as e propondo novos arranjos. Ainda que não se queira assumir a prescrição, é emergente e urgente motivar e lidar com conflitos que possibilitam o questionamento das dissimetrias baseadas em gênero, raça, orientação sexual e classe (AUDAD, CORSINO, 2018, p. 10).

A partir destas investigações, é possível inferir que existem outras formas de se trabalhar os conteúdos da Educação Física sem tolir a liberdade dos alunos de se construírem como sujeitos. Destaca-se ainda, a importância em reconhecer que existem diferenças tratadas com desigualdades e para que isto acabe, é necessário que as atitudes de intolerância não encontrem espaço e muito menos sejam tratadas como naturais.

Por último, mas não menos importante, foram relacionadas pesquisas que contemplam discussões que reconhecem a presença de pessoas LGBTI+ nas escolas e/ou nos contextos das aulas de Educação Física. Estes estudos posicionam-se contra as prerrogativas heteronormativas e galgam visibilidade e reconhecimento dos direitos destes sujeitos de vivenciarem as construções de si democraticamente. Os trabalhos de Rosa D’Assunção (2015), Evandro Silva (2016), Fabiano Devede (2017), Marco Monteiro (2017) e Samuel Santos (2017) relatam e alertam para a existência de preconceitos relativos a gênero e suas performatividades nas práticas escolares.

Na aula de Educação Física, geralmente, os meninos escolhiam brincar de futebol e as meninas brincavam de roubar bandeira e queimada. Claro que eu achava mais interessante as atividades das meninas.

Minhas preferências começaram a incomodar a tia Juliana. Um dia, ela foi até a secretaria da escola e pediu que a secretária ligasse para minha mãe para que ela viesse conversar sobre meu comportamento na escola (SANTOS, 2017, p. 60).

Pelo que foi demonstrado nas pesquisas encontradas, situações como a descrita acima, são aparentemente comuns no ambiente escolar. Quando um (a) aluno (a) não apresenta um comportamento padrão, mais do que questionados, lhes é imposta a mudança e “adequação”. Isto significa que os profissionais estão intencionalmente tirando o direito destes alunos (as) de escolherem como construir e vivenciar suas próprias experiências. Aqui podemos analisar que a produção da ignorância opera em favor do prejuízo do reconhecimento, da

inteligibilidade das sexualidades no contexto da Educação Física. Atitudes assim, além de fomentarem preconceito, desconsideram e invisibilizam a existência de performatividades de gênero diferentes das binárias. Um dos primeiros passos para resolver os problemas gerados pelo preconceito, é reconhecer que ele existe. Portanto, pesquisas direcionadas a reflexões desta natureza, contribuem com o avanço nas mudanças necessárias para que as pessoas possam ter seus direitos garantidos, independente do gênero e sexualidades que se identifiquem. Respeitar e reconhecer estes direitos, não deve ser tratado como uma opção, mas sim como fato determinado, estabelecido, a ser cumprido. Também as pesquisas ao se posicionarem de forma crítica diante do cenário que analisam, afirmando a existência de LGBT no contexto escolar, produzem inteligibilidades em favor do reconhecimento desses sujeitos na produção do conhecimento acadêmico.

A busca e verificação de todas estas pesquisas permitiu diagnosticar o quão a área de Educação Física ainda precisa investir em estudos relativos a gênero e sexualidades para conseguir encontrar saídas tanto para a atuação profissional, quanto para a defesa de um discurso coerente a uma realidade que visa a democracia. Autores como Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Joan Scott e Helena Altmann, são, a meu ver, bases interessantes de produção de materiais que podem compor as bibliografias dos cursos de Educação Física.

4.2 Aproximações e distanciamentos entre as práticas discursivas das pesquisas e as estabelecidas em políticas públicas e no PNLGBT

Foi possível identificar que as pesquisas encontradas buscam, em sua totalidade, romper com as práticas discursivas tradicionalistas, biologicistas. Assim como as políticas públicas analisadas por Cláudia Vianna (2018), que objetivam combater as violências e práticas preconceituosas, os 31 trabalhos elencados propõem discussões que expõem como a sociedade civil necessita urgentemente de uma mudança social. As tensões descritas e problematizadas pelo campo científico e pelo campo político se apresentam persistentes às tentativas de reconhecimento e visibilidade dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI+. Inclui-se as mulheres nesta afirmativa, por constatar, em vários trabalhos, que as raízes das lutas LGBTI+ estão nas batalhas feministas.

Dito isto, este subcapítulo tem por objetivo descrever as conclusões apresentadas pelas produções encontradas. Seguindo a divisão dos grupos dos focos de pesquisa definida anteriormente, pretende-se delinear aqui, um raciocínio existente nestes trabalhos, que os tornam um conjunto coerente quanto as discussões que promovem e discursos que constroem. A seguir, serão tecidas reflexões sobre como as práticas discursivas encontradas nestas pesquisas se aproximam dos discursos produzidos pelo Plano Nacional LGBT (PNLGBT) e pelas políticas relacionadas aos Direitos Humanos.

No que diz respeito ao Grupo 1 dos focos de pesquisa - Trabalhos que compilaram informações de produções em um determinado período, explicita-se que Bianca Sophia (2016), corrobora com as práticas discursivas estabelecidas pelos campos científico e político citados anteriormente. Pois, traz em suas considerações finais as afirmativas de que a

[...] produção do conhecimento não é homogênea, neutra e nem é descomprometida com a esfera das relações de poder existentes. Tal conhecimento também não está deslocado de um contexto histórico, político e cultural em que as lutas pelos direitos humanos e pela diversidade estão, cada vez mais, ganhando espaço nas pautas governamentais. Nesse sentido, o desenvolvimento dos trabalhos científicos sobre gênero e sexualidade na Educação aponta para um desejo de transformação que entra em choque com os pilares tradicionais que ainda persistem e mantêm seu poderio normativo. A forte presença das concepções de Foucault e de Butler nos artigos analisados, por exemplo, tem a função de problematizar esses mecanismos (hetero)normativos da cultura ocidental moderna que causam reflexos nos contextos científico e educacional do Brasil (SOPHIA, 2016, p. 56).

Juliane Souza (2018), por sua vez, conclui que estas práticas discursivas são capazes de contribuir com a construção de um trabalho crítico também na atuação profissional, listando as seguintes premissas como exemplo:

[...] o desvendar dos discursos da heteronormatividade e sua supressão, a construção histórica do conceito de gênero, de forma a deflagrar um novo caminho epistemológico para a discussão da sexualidade na escola, a abordagem emancipatória da educação para a sexualidade, a descoberta de documentos oficiais e políticas públicas que ancoram o desenvolvimento de pesquisas e a evidenciação e necessidade de atitude frente aos retrocessos e contrassensos no contexto sócio-político atual (SOUZA, 2018, p. 75).

Voltada especificamente para as produções na área da Educação Física, Glenda Sabatel *et al* (2016), identifica em sua pesquisa que embora os artigos por ela encontrados utilizem diferentes referenciais teórico-epistemológicos, todos

[...] rompem com visões naturalizantes ou biologicistas. Eles dão ênfase ao processo histórico, social e cultural de construção de gênero e sexualidade. Contudo, a temática gênero tem maior visibilidade nessas produções, enquanto que a temática de sexualidade, em vários artigos, recebeu apenas o papel de coadjuvante nas discussões, ao não ser conceituada e tida apenas como um complemento do que vem a ser gênero (SABATEL, 2016, p. 205).

Esta autora também reforça em suas considerações finais, a necessidade de se incluir os temas gênero e sexualidades na formação inicial de professores de Educação Física. Pois acredita que esta ação promoverá o rompimento de “discursos sexistas advindos do senso comum, favorecedores da exclusão dos indivíduos que não se adéquam aos padrões hegemônicos, naturalizados histórica e culturalmente” (SABATEL, 2016, p. 206).

Os trabalhos inseridos no grupo 2 dos focos de pesquisa – diferenciação entre meninos e meninas - além de apontarem a permanência da diferenciação de gêneros nas práticas das aulas de Educação Física, afirmam que meninos tendem a participar mais que meninas das aulas, assim como, por muitas vezes, são percebidos como mais habilidosos que elas. Recebendo então, mais estímulos positivos (UCHOGA, ALTMANN, 2016; DAMACENA *et al*, 2016; MARIANO, ALTMANN, 2016; FRANCO 2016; ALTMANN *et al*, 2018).

Os resultados identificados pelos autores citados no parágrafo anterior, reiteram a percepção presente nas pesquisas Leandro Carvalho (2018) e Petrônio Ferreira (2019), de que os discursos norteadores das práticas cisheteronormativas, prejudicam o acesso ao conhecimento, ferindo a liberdade de experimentação dos corpos e assim, da construção do sujeito. Deixam transparecer também, como esta disciplina e a própria instituição escolar, funcionam em prol da exclusão e categorização social (DORNELLES, DAL’IGNA, 2015). Produzindo, através destas, estereotipação de corpos, feminilidades e masculinidades que ocupam lugares sociais tradicionalmente naturalizados (LIMA, 2015; ANDRES *et al*, 2015; CARBALLO *et al* (2018).

Em uma investigação, inserida no grupo 3 dos focos de pesquisa, que aqui passaremos a analisar, Izabella Saraiva (2019), reforça a importância das proposições de políticas públicas que combatam o cenário cisheteronormativo já naturalizado. Ela considera que:

continuar sendo resistência – apesar dela se constituir, cada vez mais, como um ato de coragem e de exposição à violência – é a melhor das armas perante um cenário tão hostil, pois constitui uma forma de exercer o estranhamento das práticas cotidianas escolares que excluem e subalternizam os corpos, e de dar maior

visibilidade à necessidade de se problematizar as regulações produzidas pela heteronormatividade (SARAIVA, 2019, p. 121)

Beatriz Rodrigues (2016 p. 95), complementa afirmando que, na escola, “as questões acerca da diversidade sexual, pouco são abordadas, há uma invisibilidade, um não querer falar e fazer”. Além disso, esta autora denuncia a falta de materiais didático pedagógicos que abordem as temáticas de gênero e sexualidades na instituição. Constatação compartilhada por Karine Godoy (2017 p. 72), no momento que esta percebe que nas práticas cotidianas realizadas na instituição por ela analisada, “...os brinquedos e as brincadeiras tendem a reproduzir os papéis de masculinidade e feminilidade normativa...” o que a permitiu inferir “que a força cultural do binarismo de gênero reside justamente em sua repetição e reiteração”.

Concordando com a necessidade da resistência diante da heteronormatividade, e nos possibilitando estabelecer um link com as investigações do grupo 2 e 4 dos focos de pesquisa, Regina Silva (2015), afirma ser necessário “...atentar para uma formação pedagógica anti preconceito e que não permita qualquer tipo de discriminação...”. Sugere ainda, “que os professores de educação física observem e programem suas atividades de forma a desconstruir os estereótipos de que o homem é que tem mais habilidade motora ou para realização de esportes e combater situações em que as alunas sejam discriminadas” (SILVA, 2015, p. 48-49). A fim de dar sequência a este raciocínio e passar a identificar as práticas discursivas presentes no grupo 4 dos focos de pesquisa, elenca-se Pietrine Barbosa (2017), que através das falas dos seus entrevistados, constata que a prática destes

[...] corroboram com uma biopolítica que ultrapassa o contexto da escola em que atuam, seja pública ou privada. Isso pode ser verificado quando descrevem o corpo apenas em termos anatômicos e fisiológicos, sempre destacando as questões de saúde e visando, por meio do “estilo de vida ativo”, a controlar o que os alunos devem fazer com seus corpos, a partir de parâmetros da “promoção da saúde” (BARBOSA, 2017, p. 160).

Wagner Faria (2017), percebe ainda que os professores de EF relatam dificuldades e desconhecimento sobre o tema diversidade de gênero nos currículos da disciplina e também na *práxis* docente. Para Aline Machado e Roberto Pires (2016), um professor (a) de EF

precisa compreender o seu papel no processo de construção social das identidades sexuais. O silenciamento, a negação da homossexualidade dos seus estudantes corrobora para manutenção da supremacia heterossexual. A compreensão de que os saberes transmitidos, ou ocultados, nas aulas são dispositivos de poder que podem

transformar ou reproduzir, faz-se urgente diante da realidade encontrada (MACHADO e PIRES, 2016, p. 372).

Com isto, mais uma vez fica evidente a importância da problematização da formação profissional. Neste sentido, é possível inferir das pesquisas de Aline Gomes (2015) e Cláudio Vargas (2017), que enquanto a primeira sugere, para os professores de EF, uma formação continuada, o segundo, reforça a ancoragem destas necessárias mudanças, na perspectiva pós-estruturalista já no processo de graduação. Haja visto que esta “se mostra preocupada com as distintas culturas e os múltiplos discursos que perpassam qualquer campo de saber” (VARGAS, 2017, p. 252). Percebe-se, porém, que a primeira autora se refere a uma formação continuada por ser uma fala direcionada a proposição de soluções para o público de sua pesquisa, que no caso, já eram professores de EF graduados, o que na minha opinião, não deve ser desconsiderado.

Entendendo que para as mudanças, nas práticas escolares, ocorrerem de forma efetiva, além de se discutir o currículo dos cursos de Educação Física, também são necessárias mudanças no currículo da Educação Física escolar, é que Simone Lima (2019), lança seu olhar para o passado e analisa o currículo da Educação Física de 1978. Para ela, este movimento lhe permitiu compreender como se deram os processos que possibilitaram chegar nas propostas de conteúdos atuais. A autora ainda deixa transparecer, que as posturas dos professores de EF permaneceram reforçando as práticas heteronormativas também por influência dos contextos histórico, político e social em que se localizaram. O que permite inferir que romper com as estruturas tradicionalistas, portanto, requer continuidade das práticas discursivas que defendem a democracia, o direito de todas as pessoas, sem nenhuma distinção. Sendo assim, é necessário investir em políticas públicas, garantir o direito de acesso, permanência, aprendizagem, qualidade e equidade. Pois assim, a escola também se tornará um lugar onde se aprende e se ensina o reconhecimento da diversidade, ao mesmo tempo em que se constrói um processo de resistência e promove-se a visibilidade de LGBTBI+ que hoje sofrem violência (FRÓIS, 2016; AUAD, CORSINO, 2018).

De todas as produções encontradas, as que se encontram no grupo 5 dos focos de pesquisa são as que mais denunciam e propõem reflexões sobre as situações de violência sofridas pela população LGBTBI+ na escola e nas aulas de Educação Física. Samuel Santos (2017), por exemplo, aponta que é frequente encontrar nas narrativas de estudantes LGBTQs que

investigou, o relato de sentimentos como solidão e culpa. Tais sentimentos são associados às situações de isolamento, sensação de não pertencimento e até mesmo de frustração por “querer ser” heterossexual, para serem aceitos (as). Estas pessoas foram submetidas a constantes práticas de *bullying*, o que as prejudicou na vida acadêmica, no desenvolvimento interpessoal, e principalmente no processo de construção de si. O autor percebeu que alguns (as) professores (as) se preocupavam com as ocorrências dessas violências, mas além desse grupo profissional ser minoria, as práticas docentes que prevaleciam na escola, reforçavam a heteronormalidade. Desta forma, o referido pesquisador, conclui ser

[...] papel de todos os funcionários de uma escola, desde o porteiro e cantineiro aos professores e à direção da escola, pensar em modos de promover o respeito à diferença. Ao considerar a questão da inclusão, os alunos LGBTQs precisam ser vistos como um grupo que necessita de uma atenção especial por estarem em situação de vulnerabilidade social. As chances de um aluno LGBTQ abandonar a escola é bem maior do que um aluno que se identifica como heterossexual. No processo de formação de professores, a identidade de gênero e a sexualidade deveriam ser discutidas, pois este é um tema tabu em nossa sociedade. Desse modo, é essencial que nossos professores, formadores de cidadãos conheçam mais sobre este tema (SANTOS, 2017, p. 89).

Mais uma vez, as pesquisas trazem evidências da importância de se promover, também nas escolas, mudanças sobre as relações e reconhecimento da diversidade. A partir da percepção de Fabiano Devede (2018), de que as produções são capazes de trazer “à tona uma temática historicamente invisibilizada”, infere-se que as pesquisas se mostram parte importante do processo de resistência. A disciplina de Educação Física escolar, por sua vez, não pode acomodar-se e continuar reforçando a postura conservadora. Pois assim, estará perpetuando a fabricação de “corpos submissos aos estereótipos e socialmente acomodados às desigualdades e contradições sociais” (MONTEIRO, 2017, p. 339). Como qualquer outra pessoa, indivíduos LGBTI+ não deveriam passar por nenhuma dessas situações. Para isso, é preciso que “todos que participam da escola, além de ser vistos, se vejam e visualizem os seres invisibilizados pela lógica do binarismo, que existem e têm sobrevivido à mesma e à exclusão” (D’ASSUNÇÃO, 2015, p. 71). Evandro Silva (2016), autor que compartilha desta ideia, pode complementar este raciocínio quando parafraseia Márcia Tiburi (2015, p. 191), e conclui que

Não posso aceitar um padrão básico como modo de conhecer o mundo, um padrão em que me encaixo e que faz de mim um incapaz de perceber o estrangeiro, o outro. Preciso entender, portanto, que em meu ser há de haver espaço para entender que a diferença habita em mim e que não posso me tonar uma janela fechada para o

conhecimento do outro em todas as suas possibilidades, sob a pena de me tornar uma janela fechada para o próprio conhecimento em si, o que geraria em mim a falta de pensamento e a ignorância deliberada. Não posso, no espaço escolar, transformar a identidade em um obstáculo contra o entendimento da diferença, mas devo, caçar, na diferença, a possibilidade de implosão da identidade, ao passo em que reconheço que as diferenças habitam em todos e que busco o conhecimento ético do respeito pelo que é diferente, tornando este “outro” sujeito de direito em um sujeito do “mesmo” direito (SILVA, 2016, p. 72/73).

Diante de tudo o que foi descrito, é possível perceber que as pesquisas constroem suas investigações pautadas em perspectivas pós-estruturalistas. Utiliza-se aqui o termo no plural, por entender que apesar dos autores utilizarem fontes que perpetuam ideias de Foucault, ainda sim, é possível perceber pequenas nuances que as diferenciam. As produções que elegem como objeto de pesquisa as diferenças entre homens e mulheres, por exemplo, trazem Joan Scott como uma de suas principais referências. Esta pesquisadora, aborda gênero e sexualidades baseados na categoria de gênero. Proposta esta que precedeu as discussões onde são problematizadas questões também voltadas aos grupos LGBTI+. Já as pesquisas que analisam esta invisibilizada população, se aproximam da compreensão de Judith Butler de que, gênero e sexualidades são dispositivos históricos que passam por um processo de performatividade enquanto se constroem. O que amplia as discussões sobre gênero e sexualidades, fomenta o reconhecimento e visibilidade de um número maior de pessoas, e vai de encontro com as práticas discursivas do PNLGBT e das políticas públicas relacionadas aos Direitos Humanos.

Os estudos que analisam as posturas de professores (as), os que investigam o ambiente escolar e os que compilam as produções já existentes na área, permitem que desloquemos o olhar para um panorama maior. Local de observação que, facilitar-nos perceber os avanços conquistados ao longo da história, e permite-nos compreender que as pequenas ações podem se tornar grandes passos no movimento de resistência que pretende exercer a real democracia. Cabe ainda ressaltar, que a resistência da qual a esta dissertação se refere, não é estabelecida por uma reação oposta e igualmente violenta. Pois neste sentido,

quando reagimos damos a resposta àquilo que o poder quer de nós; mas quando resistimos criamos possibilidades de existência a partir de composições de forças inéditas. Resistir é, neste aspecto, sinônimo de criar. Sendo assim, a resistência é, para Foucault, uma atividade da força que se subtrai das estratégias efetuadas pelas relações de forças do campo do poder. Esta atividade permite à força entrar em relação com outras forças oriundas de um lado de fora do

poder (FOUCAULT,1988). Forças do devir, da mudança, que apontam para o novo e engendram possibilidades de vida (MACIEL JR, 2014, p.2).

Esta análise justifica a busca constante pela criação de novas políticas públicas. A partir dessa compreensão da relação de poder e resistência, é possível então, declarar que as práticas discursivas existentes no PNLGBT, nas políticas públicas, assim como as produzidas no contexto das produções acadêmicas, são, de fato, pequenas ações que compõem as lutas de visibilização e reconhecimento da população LGBTI+.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção desta dissertação se mostrou bem mais complexo do que o esperado. Olhar para o início me faz perceber que minhas motivações partiram principalmente de inquietações vivenciadas durante a experiência em docência. A dificuldade em tornar temas tão importantes, mas ao mesmo tempo “sensíveis”, em conteúdos didáticos e democráticos, me fez buscar mais capacitações. A orientação do orientador deste estudo, prof. Dr. Marco Antonio Torres e as discussões promovidas pelo grupo de estudo Caleidoscópio, foram divisores de águas para que eu conseguisse descortinar os olhos de uma formação biologicista, pautada na anatomia e na fisiologia humana. A generosidade de Marco e seu envolvimento com a orientação, foi o que tornou possível a seleção, e principalmente, a análise dos 31 trabalhos. Pois, para chegar neste ponto, precisei submergir em muitas leituras que me ajudaram com a aproximação com os conteúdos. O contexto da pandemia da COVID-19 provocou mudanças de alguns objetivos da pesquisa. Além disso, no processo de qualificação da mesma, as magnânimas contribuições da banca examinadora contribuíram muito para o amadurecimento e direcionamento das discussões.

A partir da presente pesquisa, observou-se que as práticas discursivas estabelecidas em políticas públicas que visam garantir os direitos da população LGBTI+, assim como as que defendem os direitos das mulheres, são essenciais para a desconstrução da heteronormatividade que perpetua em nossa sociedade. De forma geral, verificou-se a existência de uma aparente dificuldade de utilizar outras denominações das performatividades de gênero nas pesquisas. Não se vê, com frequência, a utilização de termos como gays,

lésbicas, queer, intersexo ou qualquer outra forma de identificação dos alunos (as). Inere-se que esta dificuldade ocorre não somente pela falta de conhecimento sobre gênero e suas performatividades, mas também por receio de, não intencionalmente, acabar imbuindo aos sujeitos uma categorização com a qual não se identificam. Percepção esta que reforça a importância de a pesquisa acadêmica corroborar com processos de reconhecimento em curso, fortalecendo posições nas políticas públicas e de direitos humanos. Afinal, a maioria, se não podemos dizer todas, as lutas dos grupos LGBTI+ buscam garantir acesso ao que já é direito constitucional para todas as pessoas. O que, se analisarmos francamente, não faz sentido lhes ser negado.

O exercício de ir e vir, para pensar as práticas discursivas na Educação e na Educação Física escolar, além de incentivar a observação do real papel da disciplina na escola e suas potencialidades enquanto ferramenta de mudança, me permitiu observar o quanto esta disciplina ainda precisa absorver conhecimentos relativos à área da Educação. Como pôde ser observado, de cinco grupos dos focos de pesquisa, apenas um realmente reconhece a existência de corpos não binários. A precarização dos corpos e desconsideração das diferentes performatividades existentes quando se faz uma leitura binarista, torna o próprio processo de pesquisa capaz de reforçar as barreiras que tanto pretendem romper. Sendo assim, fica mais evidente a importância de reconhecermos e visibilizarmos estas pessoas. Entender que elas são parte de nossa sociedade é essencial para que seja desconstruído o caráter excludente, da Educação Física escolar a favor de uma pedagogia realmente democrática. Significa, portanto, assumir que é de extrema importância que as pesquisas científicas dialoguem com os sujeitos e lutas sociais LGBTI+. Pois assim, contribuirão com o processo de visibilidade dessa população, quebrando o processo de produção da ignorância e fomento de violências direcionadas a esses grupos.

Através da minha vivência pessoal e da compilação de dados realizada neste trabalho, ainda é possível chamar atenção para o seguinte aspecto: nem sempre os conteúdos das disciplinas escolares são de fato trabalhados pelos docentes. Suas formações, experiências pessoais e demais aspectos culturais extra ambiente escolar, são parte importante da construção dos discursos que estes profissionais passarão a repartir com os demais membros de sua comunidade. Portanto, associar a aplicação de questionários e/ou entrevistas com alunos e

professores de cursos de Educação Física para se conferir a presença ou ausência dos conteúdos na formação docente e como os referidos temas se tornam parte ou não dos discursos destes novos profissionais, podem ser estratégias eficientes a serem realizadas em futuras pesquisas.

Quanto ao contexto das produções científicas sobre gênero e sexualidades na Educação Física escolar, além de ficar evidente a escassez de pesquisas em todas as bases de dados consultadas, ainda é possível ressaltar que a maioria das dissertações de mestrado e teses de doutorado foram realizadas em programas de pós-graduação de outras áreas que não da Educação Física. Mesmo que alguns pesquisadores tenham graduação em Educação Física, para investigar a nível de mestrado, e/ou doutorado, tiveram que optar por Programas em outras áreas. Meu caso por exemplo! Isto também pode revelar uma certa dificuldade de se encontrar programas de Pós-Graduação em Educação Física que recebam pesquisas desta natureza.

Hoje, reflito sobre minha atuação profissional em todos os ambientes nos quais atuo, e seja no contexto do bacharelado ou da licenciatura, as práticas heteronormativas são visivelmente majoritárias. Minhas próprias atitudes frente a estas percepções fazem com que me questione sobre: o que posso mudar? De onde “vem a ideia” de que o direito do outro não é tão legítimo quanto o meu e o seu? Seria possível afirmar que: identifica-se processos de reconhecimento de LGBTI+ na área, ou então, que faltam pesquisadores, engajados nestas lutas, lotados nos cursos de Educação Física das Federais do estado de Minas Gerais? Como podem perceber, as indagações não param por aqui. No entanto, mesmo que já tenha iniciado consultas de mais alguns materiais em busca de mais respostas, estas discussões ficarão para um próximo momento. Quem sabe em um doutorado!

Por fim, diante de tudo que foi exposto, e sem pretensão de findar as discussões, é que reforço a importância de se investir em pesquisas na área da Educação Física e refletir sobre gênero e sexualidades no contexto das produções científicas. A interdisciplinaridade nestes processos pode torná-los mais ricos e complementares, o que pode significar também, um avanço para práticas mais democráticas quando pensamos nas diferentes perspectivas com as quais este processo permite dialogar. Mas, fica evidente a necessidade de que mais profissionais da Educação Física se apropriem dos conhecimentos relativos a gênero e sexualidades.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 46, p. 279-310, Apr. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100279&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460279>.

ALMEIDA, S. A. Orientação sexual nas escolas: seria possível se não incomodasse? 2009. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0104-1290201500020062000001&lng=en> Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na Educação Física**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85ZJEJ/1/1000000292.pdf>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.

Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n.2, p. 575-585, 2001.

_____. Reflexões historiográficas sobre a Educação Física Militarista. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, N° 172, setembro de 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd172/reflexoes-sobre-a-educacao-fisica-militarista.htm#targetText=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20escolar%20praticada,conhecida%20como%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20militarista>. Acesso em 18 de agosto de 2019.

_____. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 13, p. 69-82, abril de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de agosto de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000100004>.

ALTMANN, Helena *et al.* Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e44074, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100702&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2020. Epub Jan 15, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n144074>.

ANDRES, Suélen de Souza; JAEGER, Angelita Alice; GOELLNER, Silvana Vilodre. Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do programa institucional de bolsa de iniciação à docência (UFSM). **Rev. educ. fis. UEM**, Maringá, v. 26, n. 2, p. 167-179, junho, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-30832015000200167&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 abril de 2020. <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v26i2.23016>.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física escolar. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e42585, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100701&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 maio de 2020. Epub 15-Jan-2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142585>

Barbosa, P. P., & Oliveira, N. R. (2016). O corpo na obra de Michel Foucault e sua presença no campo da educação física. **Pensar a Prática**, 19(4). <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i4.42238>

BARBOSA, P. P. **Professores de Educação Física Formados em Instituições Privadas e a Problematização do Corpo**. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQPN7F>. Acesso em 8 de maio de 2020.

BARROS, Suzana da Conceição de. **Corpos, Gêneros e Sexualidades: um estudo com as equipes pedagógica e diretiva das escolas da região sul do RS**. Rio Grande, 2010. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3580/CORPOS%2c%20G%2c%20NEROS%20E%20SEXUALIDADES.pdf?sequence=1>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

BARROS, Suzana Conceição de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: uma questão transversal ou disciplinar no currículo escolar? *In: Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 11, n 1, p. 164-187, 2012. Disponível em: <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen11/REEC_11_1_9_ex570.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 jan. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000100005>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

BRITO, Leandro Teofilo; SANTOS, Mônica Pereira. Sexualidade e Inclusão no Espaço Escolar: Um Debate com Base na Perspectiva Omnilética. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 5171, 2018. ISSN 21772886. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10654/pdf5>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2017/04/butler-problemasdegenero-ocr.pdf>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CASTELLANI FILHO, L. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: **Papirus**, 1988. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4011643.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

CARBALLO, F. P.; FONSECA, A. P. M.; FERREIRA, P. S. S.; NETO, J. A. R. “Coisa de menino, coisa de menina” – O papel da educação física na compreensão das relações de gênero como base para uma educação inclusiva. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 1, n. 4, p. 0673-0689, 21 dez. 2018.

CARVALHO, L. K. R. **A (re)produção das normas de gênero e a educação dos corpos de meninos e meninas: discursos e práticas pedagógicas de professores/as de educação física do município de Catalão Goiás**. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

CEPAC. Centro Paranaense de Cidadania. Guia para educadores(as). Educando para a diversidade: como discutir homossexualidade na escola? Curitiba: **Ciranda**, 2006.

CHIQUITO, Ricardo Santos; EYNG, Ana Maria. **Escrita curricular: algumas considerações a partir das abordagens pós-estruturalistas/pós-críticas do currículo**. Texto, Série: Grupos de Trabalho, GT-12, 31ª Reunião Anual da Anped. 2008. Disponível em:

<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/escrita-curricular-algumas-consideracoes-partir-das-abordagens-pos>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972. Disponível em: https://infodocks.files.wordpress.com/2015/01/stanley_cohen_folk_devils_and_moral_panics.pdf. Acesso em 15 de abril de 2020.

CRUZ, Thalles A. S.; MACEDO, Elizabeth F. A diferença resiste à de(s)mocratização. *Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 24, p. 19-39, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/8741/pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

DAMACENA, A. D.; MAXIMIANO, N. D. V.; PAIXÃO, J. A. da. As relações de gênero na educação infantil: implicações no nível de participação das meninas nas aulas de Educação Física em uma escola pública da cidade de Ouro Preto, MG. **Revista Iniciação & Formação Docente**, v. 2, p. 1-10, 2016. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagedeles/article/view/1272>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

DARIDO, S. C. Apresentação e análise das principais abordagens da Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 20 (1): 58-66.1998. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/apresentacao-analise-das-principais-abordagens-educacao-fisica-escolar.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

DARIDO, S.C. **A Educação Física na escola: questões e reflexões**. Ed. Guanabara Koogan S.A. Travessa do Ouvidor, 11. Rio de Janeiro, RJ. 2003. Disponível em: <http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/ed%20fisica/20.%20EF%20na%20Escola%20quest%F5es%20e%20reflex%F5es.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

D'ASSUNÇÃO, Rosa Irene. **Educação Física e Possibilidades de Ruptura com o Binarismo de Gênero**. Monografia (Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 71f. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/33150>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

DEVIDE, Fabiano Pries. Educação Física e sexualidade: desafios educacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e54609, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300805&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 maio 2020. Epub 06-Set-2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354609>

DORNELLES, P. G. **Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na Educação Física escolar na perspectiva de gênero**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12189/000623698.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.

DORNELLES, Priscila Gomes; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. spe, p. 1585-1599, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015001001585&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508142508>.

DORNELLES, P. G. *et al.* (Orgs.). **Educação Física e Sexualidade: Desafios Educacionais**. Ijuí. Ed. Unijuí, 2017. – 160 p. (Coleção Educação Física).

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. ISBN 85-7617-055-8. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1232/facchiniregina.pdf?sequence=1>.

Acesso em 01 de setembro de 2020.

FARIA, Wagner Francis Martiniano de. **O currículo em ação da Educação Física:** contribuições para a discussão de gênero no contexto escolar. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) - Programa de Mestrado Profissional Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 78 p. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-ANHQ3Z>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-posições**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 77-87, mai./ago. 2007.

FERRARI, A. "Esses alunos desumanos": a construção das identidades homossexuais na escola. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 87-111, jan./jul. 2003.

FERRARI, Anderson. *et al.* Gênero, sexualidade, educação e diversidade. In: MIRANDA, Sonia Regina & MARQUES, Luciana Pacheco. (ORGs). **Trajetórias: Caminhos na Pesquisa em Educação**. Editora UFJF. Juiz de Fora. 2009. p 209-226.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

FERREIRA, Petrônio Alves. **Coreografias juvenis:** gêneros e sexualidades na cena escolar. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 215p. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/32063>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

FIORIN, Bruna. Universidade: adaptação e aprendizagem. In.: PAVÃO, Sílvia M. O. (Org.). **Ações de atenção à aprendizagem no Ensino Superior**. Santa Maria: pE.com, UFSM, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2018/10/Miolo-Aes-de-Ateno-Aprendizagem-no-Ensino-Superior-4.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 11 de julho de 2019.

_____. **História da Sexualidade II: uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940574/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-2-O-Uso-dos-Prazeres.pdf. Acesso em: 20 de março de 2020.

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: 8ª Edição Graal, 2005. Disponível em: <<http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2016/09/FOUCAULT-Michel-Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-III.pdf>> Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

_____. Subjetividade e verdade (1980-1981). In: FOUCAULT, M. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar; 1997, p. 111.

FREIRE, P., **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Autonomia.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

FRANCO, Neil. Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades na escola. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 665-668, ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200665&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 maio de 2020. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p665>.

FRÓIS, Rosemeire Camilo. **Práticas pedagógicas envolvendo o gênero e suas variações na escola**. Monografia (Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 52 p. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/33148>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

GARCIA, O. R. Z. Prática sexual entre mulheres: identidade ou pluralidade sexual? FREIRE, P., **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 56, p. 1-20, dez. 2003.

GARCIA, Rafael Marques; BRITO, Leandro Teófilo de. Performatizações queer na Educação Física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 1321-1334, out./dez. de 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/82502>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

GODOY, Karine Natalie Barra. **Construção das identidades de gênero na infância: os discursos dos brinquedos e brincadeiras**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 163 p. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6448>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

GOMES, Aline Laila. **Discursos e experiências pedagógicas de gênero no programa segundo tempo**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 221 p. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1462>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

GRAÇA, Rodrigo. Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. **Revista Perspectiva Filosófica** - ISSN: 2357-9986, [S.l.], v. 43, n. 1, set. 2016. ISSN 2357-9986. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230291>. Acesso em: 03 julho de 2019.

JUNQUEIRA, R. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. *In: Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas*, 3., 2007, p.59 a 69. Rio Grande. Anais... Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007. Disponível em: <https://sexualidadeescola.furg.br/phocadownload/3%20seminrio.compressed.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v.18, n.43, p.449-502, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielophp?script=sc_i_arttext&pid=S1519549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2019.

LIMA, Rarielle Rodrigues. **As relações de gênero no espaço da educação física escolar no município de Pio XII – MA**. 2015. 131 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/151>. Acesso em 08 de maio de 2020.

LIMA, Simone Lucas Agostinho de. **Educação física em Minas Gerais: uma análise do documento curricular de 1978**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 247 p. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/11338>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Ed. 2003. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, 2001, vol. 9, nº 2, p.541-553. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

MACHADO, Aline Gomes; PIRES, Roberto Gondim. Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 360-375, set. 2016. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p360>>. Acesso em: 15 março 2020.
<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n48p360>.

MACIEL JR, Auterives. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 01-08, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 set. 2020.

MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 46, p. 411-438, Apr. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100411&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2020.
<https://doi.org/10.1590/18094449201600460411>.

MATTOS, Amana Rocha. **Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero"**: gênero e sexualidades em disputa na educação. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jun. 2020.

MENEZES, S. M.; DUARTE, M. J. O.; LIMA, R. B. Diversidade Sexual e de Gênero na Escola e a Homofobia: desafios e perspectivas docentes. In: **V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, ed. Realize, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA13_ID217_06062017163648.pdf.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

MONTEIRO, Marcos Vinicius Pereira. A construção identitária nas aulas de educação física. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 339-359, June 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

24782017000200339&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2020.
<https://doi.org/10.1590/s1413-24782017226918>.

MORAES, L. M.; OLIVEIRA, R. G.; FECHIO, J. J. **A homossexualidade e o bullying na educação física escolar**. EFDdeportes.com Revista Digital, v. 15, n. 153, fev. 2011.

MOROSINI, M. C; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.- dez. 2014.

Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BOfOhnYkKEoJ:revistaseletronica.s.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.

Acesso em: 12 de setembro de 2019.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo; PAULINHO. **Assassinato de LGBT no Brasil**:

Relatório 2016. Disponível em: <http://bancariospa.org.br/wp3/wp-content/uploads/2017/01/relatc3b3rio-20162.pdf>.

Acesso em: 12 de setembro de 2020.

NEIRA, M. G. Teorias pós-críticas da educação: subsídios para o debate

curricular da Educação Física. **Dialogia**, São Paulo, n.14, p. 195-206, 2011. Disponível em:

<http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_25.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2020.

NOGUEIRA, PAULO. Quando as crianças viadas interpelam a docência. **FORMAÇÃO**

DOCENTE, v. 12, p. 105-120, 2020. Disponível em <http://www.revformacaodocente.com.br>.

Acessado em 14 de abril de 2021.

NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. **Registros de Homicídios**

Envolvendo LGBTs em Minas Gerais. 2020. (Relatório de pesquisa). Disponível, em: <

https://www.academia.edu/41975987/Registros_de_Homic%C3%ADdios_envolvendo_LGBTs_no_Estado_de_Minas_Gerais>. Acessado em 10 de março de 2020.

OLIVEIRA, Tuany de Menezes; ARAUJO, Paula Teixeira; PIASSI, Luís Paulo de Carvalho.

Gênero, Mídia e Educação: diálogos na infância e na pré-adolescência. **Revista**

Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 3 N. 1 – pag 119-139 (mar - jun

2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/29529>>.

Acesso em: 10 de março de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**:

tópicos e objetivos de aprendizagem. -- Brasília: UNESCO; 2013. 53p. Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/Orientacoes_educacao_sexualidade_Brasil_preliminar_pt_2013.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2020.

PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. Como os corpos se tornam matéria:

entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, janeiro

de 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de abril de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.

REIS, T., (ORG). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI /GayLatino, 2018. Disponível em: <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>> Acesso em: 03 de novembro de 2019.

RODRIGUES, Beatriz. **Relação de gênero e diversidade em uma escola de ensino fundamental de Contagem**. Monografia (Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 108 p. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/33226>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

RODRIGUES, Vítor Luiz Rocha. Orientação sexual e identidade de gênero : análise da percepção dos/das professores/as de educação física escolar. 2019. 54 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Escola de Educação Física, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em: [https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1906/1/MONOGRAFIA_Orienta% c3 %a7% c3 %a3oSexualIdentidade.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1906/1/MONOGRAFIA_Orienta%c3%a7%c3%a3oSexualIdentidade.pdf). Acesso em julho de 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em educação. **Diálogo educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisas-denominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em 10 de set. de 2019.

SABATEL, Glenda & ALVES, Stephanie & FRANCISCO, Marcos & LIMA, Márcia. Gênero e sexualidade na educação física escolar: um Balanço da produção de artigos científicos no Período de 2004 a 2014 nas bases do *Lilacs* e *SciELO*. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 1, jan./mar. 2016. DOI 10.5216/rpp. v19i1.34159. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/34159/pdf>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Samuel Rodrigues dos. **Experiências de alunas e alunos LGBTQs e identidade de gênero na escola** - Uberlândia. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21830>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

SARAIVA, Izabella Marina Martinho. **Gênero e sexualidades no cotidiano escolar: olhar de docentes**. 2019, p.41. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/11717>>. Acesso em 06 de agosto de 2020.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade**

conteúdo/método no processo pedagógico. 6. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em 12 de março de 2020.

SILVA, A. C. Educação Física higienista: discursos historiográficos. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 171, agosto de 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd171/educacao-fisica-higienista-discursos.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

SILVA, Evandro Moreira da. **Transexualidades e travestilidades no espaço escolar heteronormativo: as respostas da escola a quem desafia as imposições de gênero**. Monografia (Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 76 p. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/33196>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

SILVA, N. de F. O conceito de gênero em Scott, Butler e Preciado, aproximações, distanciamentos e a contribuição para o ofício do historiador. **Revista Hominum**, Dossiê Gênero & História. Vol. 5, Ed. 19, pag. 156-171, outubro 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/30133090/O_CONCEITO_DE_G%C3%80NERO_EM_SCOTT_BUTLER_E_PRECIADO_APROXIMA%C3%80ES_DISTANCIAMENTOS_E_A_CONTRIBUI%C3%80O_PARA_O_OF%C3%80CIO_DO_HISTORIADOR. Acesso em: 11 de julho de 2019.

SILVA, Regina Célia da. **A reprodução da hierarquia de gênero na escola**. Monografia (Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 52 p. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/33153>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 5 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOPHIA, Bianca de Vasconcellos. **Escola, gênero e diversidade sexual: uma análise sobre a produção acadêmica e sua relação com a criação de iniciativas de promoção à diversidade no campo pedagógico**. Monografia (Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 67 p. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33223>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p.

52-68, agosto, 1999. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000100004>.

SOUZA, Juliane Cristina Ribeiro Borges de. **Um estudo baseado em dissertações e teses sobre sexualidade em Programas de Pós-graduação em Educação em Minas Gerais (1997-2014)**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1410>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

TORRES, M. A.; PEDROSO, A.; SOUZA, A. R. D. Disputas ao redor das sexualidades no contexto escolar: políticas públicas e cotidiano. In: Lelis, Rafael Carrano; Almeida, Marcos Felipe Lopes de. (Org.). **Diálogos LGBTI+**: avançando lutas e conjugando campos. 01ed. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2019, v. 01, p. 33-45.

TORRES, Marco Antônio; SARAIVA, Izabella Marina Martinho; GONZAGA, Rubens Modesto. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, e250049, 2020a. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100237&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Feb. 2021. Epub Nov 09, 2020. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782020250049>.

TORRES, M. A.; GONZAGA MODESTO, R.; MARTINS DA COSTA DE MENEZES, T. Por uma educação não transfóbica: reconhecimento e produção de verdades trans na educação. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 24, p. 121-134, 10 ago. 2020b. <https://doi.org/10.31639/rbpf.v12i24.339>

TORRES, Marco Antônio; ARREGUY, Agnes Vasconcelos; RODRIGUES, Vítor Luiz Rocha. Reconhecimento das sexualidades no contexto da Educação Física: práticas profissionais e formação docente. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v., n., p... 20.... ISSN 2176-4360. DOI Prefixo: 10.31639. No prelo.

UCHOGA, Liane Aparecida Roveran; ALTMANN, Helena. Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 163-170, junho de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892016000200163&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de abril de 2020. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.11.006>.

VARELA, C. M; RIBEIRO, P. R. **Educação para a sexualidade**: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, P. C.; MAGALHÃES, J. C. Org(s). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 284 p. ISBN 978-85-7566-461-2. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

VARGAS, Cláudio Pellini. **Teoria e política curricular de Educação Física: a conformação dos Conteúdos Básicos Comuns de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 268 p. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5378>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

VENCATO, Anna Paula; SILVA, Rafaela Lacerda da; ALVARENGA, Rodrigo Lessa. A educação e o presente instável: repercussões da categoria "ideologia de gênero" na construção do respeito às diferenças. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 587-598, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08 março 2020.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, Ag. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de agosto de 2019.

VIANNA, Claudia; CARREIRA, Denise; LEÃO, Ingrid; UNBEHAUM, Sandra; CARNEIRO, Suelaine; CAVASIN, Sylvia. **Gênero e educação fortalecendo uma agenda 127 para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Gelédes, Fundação Carlos Chagas, 2016. 249 p.

VIANNA, Cláudia. Debates e embates de gênero: dos estudos às políticas e práticas educativas. *In*: FINCO, Daniela; SOUZA, Adalberto; OLIVEIRA, Nara (orgs). **Educação e resistência escolar: Gênero e diversidade na formação docente**. Bela Vista, São Paulo: Alameda, 2017. p. 49 a p.70. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/uploads/Educacao_resistencia_MioloFinal-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em 12 março de 2020.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**. Breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 111 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Declaramos para os devidos fins que todos os resultados obtidos no estudo intitulado ***“GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: discussões presentes nas produções científicas do período de 2015 a 2019”*** serão públicos, independentes de serem resultados favoráveis ou não, tendo em vista que a veracidade dos conteúdos, dos dados e das informações deverá estar acima de quaisquer interesses particulares.

Mariana/MG, _____ de _____ de 2021.

_____ Agnes Vasconcelos Arreguy

Aluna pesquisadora da Universidade Federal de Ouro Preto

_____ Prof. Dr. Marco Antonio Torres

Professor Colaborador do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto

APÊNDICE B - CONTATOS

CONTATOS

AGNES VASCONCELOS ARREGUY (Aluna Pesquisadora)

Avenida Antonio Bernardino Costa, nº 515, apt 401, bairro Petrópolis.

Betim/MG. CEP: 32655-045

E-mail: agnesvarreguy@gmail.com.

Telefone: 31.988153877

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6661260191084747>

MARCO ANTONIO TORRES (Professor Orientador Pesquisador)

Universidade Federal de Ouro Preto / Instituto de Ciências Humanas e Sociais Rua do Seminário, S/N, Centro - Mariana/MG. CEP: 35420.000

E-mail: marcoatorres@ichs.ufop.br

Telefone: 31. 3557.9407

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1187338993234801>